



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 159

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	2408
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	2408
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2409
ADVOCACIA GERAL	2409

TAQUIGRAFIA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 8 de outubro de 2013

Presidência dos Srs
MAURÃO DE CARVALHO - 1º Vece-Presidente
SAULO MOREIRA - Deputado
HERMÍNIO COELHO - Presidente
MARCELINO TENÓRIO - 3º Secretário

Secretariados pelos Srs.
EUCLIDES MACIEL - Deputado
JAQUES TESTONI - Deputado

(Às 15 horas e 21 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Adriano Boiadeiro (PRP), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

PARLAMENTARES AUSENTES: Flávio Lemos (PR) e Kaká Mendonça (PTB),

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 47ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 256/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 634.480,55, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado dos Esportes da Cultura e do Lazer – SECEL”.

02 – Mensagem nº 257/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 10.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC”.

03 – Mensagem nº 258/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito

Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 1.500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria do Estado do Esporte, da Cultura e do Lazer - SECEL”.

04 – Mensagem nº 259/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências”.

05 – Mensagem nº 260/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona e os militares do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

06 – Mensagem nº 261/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar até o montante de R\$ 11.962.558,00, em favor da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça - TJ”.

07 – Mensagem nº 262/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, imóveis pertencentes ao Estado de Rondônia, para o Município de Rio Crespo”.

08 – Mensagem nº 263/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 197.650.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN – RS-SEFIN”.

09 – Mensagem nº 264/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 89.109.600,00, em favor das Unidades orçamentárias que menciona”.

10 – Mensagem nº 265/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, para o Município de Alto Paraíso”.

11 – Ofício nº 037/2013 – Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de leis que propõem a elevação da Comarca de Buritis à 2ª entrância.

12 – Ofício nº 052/2013 – Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, encaminhando Manifesto em Defesa do Povo do Município de Campo Novo, pelo abandono dos entes públicos estadual e federal.

13 – Ofício nº 1804/2013 – SEFIN, encaminhando Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Governo do Estado de Rondônia, referente ao 2º Quadrimestre de 2013.

14 – Ofício nº 3800/2013 – Ministério Público Federal, encaminhando ofício da coordenação das organizações indígenas do Povo Cinta Larga no qual solicita maior atenção

para implantação/execução das políticas públicas, não somente para os Cinta Larga, mas também para todos os Povos Indígenas de nosso Estado.

15 – Requerimento da Senhora Deputada Epifânia Barbosa, justificando sua ausência nas sessões dos dias 12, 19 e 26 de agosto de 2013.

16 – Requerimentos do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando sua ausência nas sessões dos dias 11, 12, 18 e 19 de setembro de 2013.

17 – Requerimentos do Senhor Deputado Edvaldo Soares, justificando sua ausência nas sessões dos dias 19 e 26 de setembro de 2013.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando sua ausência na sessão do dia 26 de setembro de 2013.

19 – Requerimentos do Senhor Deputado Cláudio Carvalho, justificando sua ausência nas sessões dos dias 12, 19 e 26 de setembro de 2013.

20 – Requerimento do Senhor Deputado Zequinha Araújo, justificando sua ausência nas sessões dos dias 19 e 26 de setembro de 2013.

21 – Requerimento do Senhor Deputado Adelino Follador, justificando sua ausência na sessão do dia 26 de setembro de 2013.

22 – Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando sua ausência nas sessões dos dias 25 e 26 de setembro de 2013.

23 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando sua ausência nas sessões dos dias 03 e 26 de setembro de 2013.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Neodi Carlos, justificando sua ausência nas sessões dos dias 19, 24, 25 e 26 de setembro de 2013.

25 – Comunidade da Aldeia Laje Novo – Denunciando e requerendo providências diante da grande situação que se encontra o referido povo indígena.

26 – Ofício 010/2013 – Partido da República.
Porto Velho, 08 de outubro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente Hermínio Coelho -
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Senhor Presidente,

Atendendo solicitação deste Partido, a Assembleia Legislativa autorizou a sustação de ação penal instaurada contra o Deputado Flávio Lemos, pertencente à bancada do Partido da República – PR.

Entretanto, no ofício que encaminhamos a essa Casa Legislativa solicitando a respectiva suspensão (cópia anexa), houve erro material no que se refere à numeração da ação penal, pois informamos o nº 0007065.92.2012.8.22.0501, número que constou no Decreto Legislativo nº 462, de 10 de abril de 2013, conforme cópia em anexo, porém a numeração correta a que se refere à ação penal contra o mencionado parlamentar é de nº 0013356-93.2011.8.22.0000.

Portanto, considerando que os parlamentares ao aprovarem a sustação da ação penal o fizeram beneficiando o Deputado Flávio Lemos, consubstanciando no disposto do § 3º, artigo 53 da Constituição Federal, pois esta é a finalidade do pedido, solicitamos dessa Casa Legislativa que seja procedida a devida correção numérica no mencionado Decreto Legislativo, via errata.

Certos de contarmos com o vosso indispensável apoio, antecipamos nossos agradecimentos e renovamos protestos de estima e elevada consideração.

Geraldo Sena Neto – Presidente Municipal do PR.”

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Lido o Expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, pelo prazo de até 05 minutos sem apartes, o Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras nas galerias desta Casa, imprensa aqui presente.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna desta Casa mais uma vez para tratar de um assunto que eu entendo, Deputado Edvaldo e Deputado Zequinha, de alta relevância para o Estado de Rondônia, que é a questão da pecuária do Estado de Rondônia. E, infelizmente, Deputado Ribamar, nosso Governador Confúcio Moura tem acertado em vários pontos, tem tido Secretários eficientes em várias pastas, mas, infelizmente, Deputado Euclides Maciel, no IDARON o Governador cometeu um erro ao nomear o atual Presidente do IDARON que realmente não tem compromisso com o setor produtivo do Estado de Rondônia, não tem compromisso com os pecuaristas, com os criadores, com os tiradores de leite, que é a base de sustentação deste Estado, que é a base realmente da agricultura que vem o pecuarista e o tirador de leite deste Estado, que realmente são os pequenos produtores que são agricultores familiares e que vivem da renda do leite do gado, a sobrevivência de suas famílias. Infelizmente, nós temos um Presidente do IDARON totalmente fora da casinha, não conhece absolutamente nada de pecuária e se impõe com suas ideias absurdas e muitas vezes não ouve os bons técnicos que temos dentro do IDARON. E há poucos dias, numa entrevista que tive numa emissora de rádio, eu disse, quando me perguntaram da nota que eu dava ao Governador, eu disse que dava nota sete ao Governador. Alguns disseram: – “Mas você está dando nota maior do que o Senador que é do próprio partido.” Eu falei: – Mas esse é o entendimento que eu penso do Governador, estou dando nota sete ao Governo. Perguntou, eu disse que era difícil dar uma nota, até porque deveria dividir por algumas Secretarias, e disse que tinha Secretarias que eu dava dez e tinha Secretarias

que eu dava zero, e disse que dava zero ao IDARON, mas ao Presidente e não aos funcionários do IDARON. Inclusive tem uma nota do Presidente do IDARON dizendo que não vai cumprir a determinação do Governador na questão do horário dos funcionários e revoltou a categoria, que ele não aceita nem conversar. A categoria tentou sentar e conversar com o Presidente do IDARON e ele disse que ele não aceitava nem conversar com a categoria. E todos eles estão dispostos durante as campanhas, Deputado Maurão de Carvalho, de cumprir, Deputado Ribamar, rigorosamente o horário integral, trabalha o dia inteiro, até à noite, como eles têm feito para atender o produtor rural, para atender o agricultor que vem do sítio até o IDARON para fazer o seu registro da vacinação do seu rebanho. Estão dispostos a trabalhar, mas que depois da campanha, eles querem ter o mesmo tratamento dos demais funcionários públicos do Estado de Rondônia. Ele disse que não vai acatar a determinação do Governador, não aceitou nem conversar com a categoria.

Então, gente, se ele não respeita nem os funcionários, se ele não respeita a determinação do Governador e se ele não faz realmente o dever de casa, fica complicado. Eu disse isso ao Governador já pelo menos duas vezes: – Governador, o que o senhor está fazendo que já não demitiu o Presidente do IDARON? Eu realmente vejo isso com muita preocupação, porque o setor produtivo do Estado de Rondônia merece respeito, merece um tratamento diferenciado e o Presidente do IDARON, infelizmente, infelizmente, vem dando um tratamento totalmente inverso daquilo que deveria ser. Inclusive nós temos relatos aí, Deputado Luizinho, de agricultor preso, multado porque estava carregando quatro galinhas em cima de uma bicicleta. Isso é um absurdo, isso é vergonhoso! Não dá para se admitir um tipo de coisas dessas, tem que ter um pouquinho, pelo menos, de bom senso, de respeito com um cidadão de idade que está levando uma galinha para a cidade para vender, para comprar um quilo de açúcar para levar para casa, para tratar seus filhos, é preso e multado porque tem quatro galinhas e não tem o GTA das galinhas. Isso é brincadeira! Isso é um abuso, Deputado Luizinho, isso é vergonhoso, e o Governador precisa tomar providências em relação a isso, e principalmente quando ele coloca uma nota dizendo que não vai cumprir a determinação do Governador. Eu, se fosse o Governador e eu baixasse um decreto, Deputado Edvaldo, e o Secretário dissesse que não ia cumprir, eu mandava embora na hora, que é assim que o Governador tem que fazer. O Governador tem que realmente ser o Governador, a liderança maior do Estado, ele foi eleito pelo povo para governar o Estado, não para ser desrespeitado, simplesmente qualquer um de cargo comissionado, de cargo de confiança, como é o caso do Presidente do IDARON.

Então, realmente a gente fica revoltado quando a gente vê esse tipo de coisa e, principalmente, nesses momentos que não respeita nem os funcionários. O IDARON tem um quadro de técnicos de primeira qualidade, de veterinários, de técnicos excelentes, de funcionários que realmente fazem o seu dever de casa, mas infelizmente nós temos um Presidente do IDARON que não tem competência para estar no cargo que está, Deputado Zequinha, infelizmente não tem competência para estar no cargo que está, Deputado Ribamar Araújo. Eu lamento

que o nosso Governador muitas vezes deixa o tempo passar e não toma providências necessárias. O Deputado Luizinho está pedindo aparte, nós estamos aqui no Pequeno Expediente, não cabe aparte, seria uma questão de ordem, então, se o Presidente conceder.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só, Deputado Neodi, corroborar com suas palavras. Eu sei que o IDARON se fortaleceu ainda na época do Governo do partido do Deputado Follador, ainda do Governador Bianco, veio crescendo e o IDARON conseguiu fazer uma coisa importante no Estado de Rondônia, ele inseriu todo mundo no projeto de defesa agrossilvopastoril, inseriu todo mundo, fez campanhas belíssimas. Os pecuaristas do Estado inteiro, os produtores começaram a viver como se estivessem dentro de um mutirão, um mutirão de defesa do rebanho do Estado de Rondônia, e infelizmente nós tivemos diversos presidentes, no Governo Bianco, no Governo Cassol, no Governo Cahulla, diversos presidentes do IDARON que realmente fizeram um trabalho importantíssimo e que deram, acima de tudo, acesso e incluíram os produtores e os pecuaristas a participarem desse processo de defesa. Infelizmente, hoje nós vemos um distanciamento do IDARON através da sua diretoria. Eu quero honrar os servidores do IDARON, como disse V. Ex.^a, até porque aqui já votamos plano de cargos e salários do IDARON, sempre estivemos dispostos a atendê-los dentro das necessidades, dentro daquilo que é possível esta Casa fazer, portanto a presidência do IDARON atual, na pessoa do Dr. Marcelo, eu posso dizer que ele pode até ter muito estudo, pode ser uma pessoa que tem o poder de presidente, mas para a pessoa ser uma pessoa, acima de tudo, inteligente, no meu ponto de vista, deve ter humildade, e hoje ele não tem humildade nem para ouvir produtor, nem para ouvir pecuarista, nem para ouvir esta Casa que representa de fato o povo do Estado de Rondônia. E eu fico triste quando o Governo, o Governo da Cooperação tem se esforçado ao máximo para avançar, para construir, para cooperar, nós vemos hoje uma diretoria do IDARON totalmente ao avesso do Governo, totalmente ao avesso daquilo que a população do Estado, principalmente os produtores do nosso Estado tem feito, que é unir forças para, acima de tudo, desenvolver e proteger o Estado de Rondônia, como é o caso de proteger com a sanidade animal que é a maior responsabilidade que o IDARON tem hoje.

Então, parabéns e de gênero e grau, Deputado Neodi, concordo com as palavras de V. Ex.^a. Parabéns.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputado Luizinho. Quero dizer, para finalizar as minhas palavras, já estouramos o tempo aqui, quero agradecer a presidência por nos conceder mais esse espaço, dizer que realmente nem os próprios funcionários estão sendo valorizados por esse Presidente do IDARON. Então, realmente demonstra, Deputado Adriano, tem alguma coisa na contramão e realmente precisa o Governador tomar pé da situação. É preciso que o Presidente do IDARON, que tem uma equipe

respeitada no Estado de Rondônia, que já fizeram a diferença e que hoje o Estado de Rondônia saiu de risco desconhecido para um exportador de carne para o mundo, exportador de carne para o mundo, então esses funcionários merecem o nosso respeito, e hoje ele nem senta para conversar com a presidência do sindicato desses servidores para ouvi-los, para ouvir o que eles têm a dizer e que eles não concordam, Deputado Ribamar, de que o órgão seja diferente, eles concordam, vão trabalhar durante a campanha o tempo todo, das 7:00 horas da manhã até a noite, do jeito que sempre trabalharam, mas que após passada a campanha da vacinação que eles possam ter o mesmo tratamento dos demais funcionários do Estado.

Então, fica aqui a minha indignação, o meu protesto, Deputada Epifânia, em relação ao desrespeito do Presidente do IDARON, primeiro com todos os produtores do Estado de Rondônia, segundo, agora com os próprios servidores do IDARON, então realmente fica aqui o meu repúdio.

(Às 15 horas e 50 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Saulo Moreira)

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Concedo Questão de Ordem ao Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu queria aqui ainda, eu sei que não cabe aparte, mas nós estamos aqui abrindo um precedente, Deputado Neodi, hoje de manhã eu recebi uma ligação também de uma reclamação dos fiscais do IDARON que prenderam em Cacoal duas galinhas porque não tinham GTA, duas galinhas. Então, é um negócio vergonhoso. O Deputado Tucura, que é do município de Cacoal, eles até pediram que falasse com o Deputado Tucura, que falasse com a Deputada Glaucione, falasse com os Deputados para que a gente pudesse falar, eu ia abordar esse assunto hoje na tribuna, mas eu quero aqui parabenizar ao Deputado Neodi, ao Deputado Luizinho, que estão abordando este assunto tão importante, que isso é uma vergonha para nós. O Estado de Rondônia está abordando pessoas com duas galinhas que vêm da roça para a cidade. Então, o agricultor que mora lá na roça, de repente, tem que vender duas galinhas, até para comprar alguma coisa para casa, alguma despesa, aí vem, é multado e a multa não dá nem para a pessoa ter noção e é um absurdo uma dessa.

Então, hoje eu já até liguei para o diretor do IDARON, o Marcelo, para conversar com ele, mas não consegui falar. E aproveitando que o Deputado Neodi está justamente neste assunto, eu quero aqui também lamentar ao nosso Secretário, nosso diretor do IDARON, cobrar GTA de duas galinhas, já que estão cobrando, se estivesse sem e alguém comprando para vender na cidade, aí tudo bem, fosse lá e tirasse o GTA; agora, porque uma pessoa vem lá com duas galinhas, tem que vir à cidade, tirar o GTA para vender, ou que seja de dois frangos, então é um absurdo e nós não podemos, Deputado Neodi, aceitar uma situação dessas que está acontecendo, infelizmente. Outro dia nós estivemos no município de São Francisco, e isto era uma galinha, a pessoa tinha sido multada, e aquilo foi um negócio assim absurdo, o próprio Governador

ficou com vergonha do que foi abordado, a denúncia e a multa que parou na mão do Governo e o Governo assumiu que a partir daquele dia não iria acontecer mais isso, mas infelizmente está acontecendo lá no município de Cacoal, Deputado Tucura. Deputado Neodi, parabéns por seu discurso.

(Às 15 horas e 51 minutos o senhor Saulo Moreira passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. NEODI – Obrigado Deputado Maurão, e aqui só...

O SR. ADRIANO BOIADEIRO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADRIANO BOIADEIRO – Então, a questão, Deputado Neodi, a gente tenta falar com ele, a gente tenta marcar reunião com ele, liga para ele, ele não atende, igual o Deputado Maurão falou, ele não atende. Eu fiquei sabendo, eu estive lá em São Miguel essa semana, lá a coisa está feia, a questão do IDARON com os próprios produtores, com as próprias pessoas, os comerciantes reclamando, o IDARON já teve até uma Moção de Aplauso em repúdio ao Presidente do IDARON do Marcelo, lá em São Miguel, já passamos a situação para ele. Eu fiquei sabendo que essa semana teve uma reunião com o pessoal do IDARON, aí saiu o comentário lá, a questão do Deputado, ele falou que ele faz o trabalho dele e Deputado nenhum pode impedir, ele não tem medo de Deputado nenhum, que ele faz o serviço dele, que Deputados estão recebendo reclamações, mas ele deixou bem claro que não tem cisma, não tem medo de Deputado nenhum.

Eu acho que não é questão de medo, eu acho que tem que ter um respeito para tratar tanto os funcionários do IDARON como as pessoas que precisam tirar o GTA, que são donos de animais, Deputado Neodi. Eu acho que não é medo, é um respeito que, principalmente, o Presidente do IDARON, o Marcelo, tem que ter com os funcionários, com as pessoas que trabalham no IDARON.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputado Adriano. E apenas complementado o que Vossa Excelência disse, que ele falou que não tem medo, não precisa ter medo de Deputado, ele tem que respeitar o povo do Estado de Rondônia, não é medo dos Deputados, ele tem que respeitar as pessoas. Ele disse em um evento em Pimenta Bueno que ele deve satisfação, no cargo dele, para o Governador, tipo afrontando até o próprio Governador, dizendo assim: ‘- Olha, me manda embora então’. Eu não sei o que o Governador está fazendo que até hoje não fez isso.

Eu quero aqui, para encerrar o meu discurso, parabenizar, Deputado Maurão, o Governador pela troca que fez lá na Procuradoria Geral do Estado. O Governador trocou hoje, há um novo Procurador do Estado de Rondônia, e na verdade criou uma harmonia dentro da Procuradoria do Estado, da PGE, que é uma Procuradoria importante e eu acho que o Governador realmente deu um passo à frente, acertou ao trocar a Procuradora do Estado de Rondônia. Espero que o Governador

tome o mais breve possível a providência e troque realmente o Presidente do IDARON que realmente não tem competência para estar lá, está no lugar errado. Inclusive, esses dias, uma veterinária cometeu, no meu entendimento, arbitrariedade numa questão de sanidade animal, eu reclamei com ela, ela me disse: “- Se eu não fizer isso aqui, eu vou responder uma sindicância, porque é uma determinação do Presidente do órgão”. Então, realmente, é um absurdo.

Obrigado, Presidente, pela tolerância do tempo, e obrigado aos Deputados que contribuíram com o nosso discurso. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi, pelo seu discurso, parabéns. Eu quero aqui, aproveitando que o Deputado Neodi lembrou da troca que o Governador fez lá na Procuradoria, que era uma, nós já vínhamos aqui debatendo, nós já fizemos audiência e o Governo deveria ter feito isso há muito tempo, o Estado perdeu muito com as corregedoras, que as duas que travavam realmente a PGE, e até que enfim o Governo resolveu, e eu quero aqui parabenizar ao Governador pela indicação do Juraci, que hoje é o Procurador Geral da nossa Corregedoria. Portanto, o Estado precisa disso há mais tempo, precisa ter uma harmonia na nossa Corregedoria e agora eu tenho certeza que nós vamos poder ver isso e vai ser muito bom para o Estado de Rondônia. Eu quero aqui registrar a presença dos garimpeiros aqui presentes, do Baixo Madeira, aqui do distrito de Calama, do Belmont, todos vocês aqui prestigiando esta Sessão, e o Presidente deve dar a notícia daqui a pouco, o Deputado Hermínio, mas o Projeto de vocês estava na pauta para hoje, mas o Deputado Hermínio acabou antecipando, e nós votamos na Sessão Itinerante em Pimenta Bueno e já foi aprovado o Projeto de vocês. Então, já está aprovado, foi antecipado na Sessão e aprovado bastante apertadinho, mas ficou como vocês queriam que aprovasse, aquele Veto, foi derrubado o Veto.

Ainda com a palavra o Deputado Euclides Maciel.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa aqui presente, todos os companheiros da imprensa aqui presente.

Eu estava ouvindo o discurso do Deputado Neodi, falando, e eu fui testemunha, Deputado Adriano Boiadeiro, de uma luta que Vossa Excelência teve em São Miguel também, devido à situação de um agricultor, que a mulher adoeceu às seis horas da tarde, esse agricultor tinha vinte novilhas e oito para salvar a mulher, seis horas da tarde, o IDARON estava fechado, ele pegou e vendeu sem tirar o GTA, mas como um homem honesto e humilde, no outro dia ele foi ao IDARON e disse: - “Olha, eu fiz isso porque eu precisava.” Foi multado em três mil e oitocentos reais por ser honesto. Isso aconteceu em São Miguel, e eu sei da luta que teve o Deputado Adriano Boiadeiro em outros cantos para tentar também mudar essas pessoas. Mas quando a gente vê os garimpeiros, o Deputado Adelino sabe disso...

A Sra. Glaucione – Deputado Concede um aparte? Está liberado?

O SR. EUCLIDES MACIEL – Pois não, Deputada. Está liberado.

A Sra. Glaucione – Eu gostaria até de passar para os nossos companheiros Deputados, uma vez que o senhor falou sobre a questão do IDARON aí, o Deputado Maurão já está sabendo, acredito que o Deputado Kaká também já tem conhecimento. Em Cacoal, a semana passada, uma pessoa saiu com um porquinho limpo de casa para vender, para comprar um remédio para o filho, e o IDARON também tacou uma multa grande nessa pessoa, e muitos agricultores revoltados com o IDARON, revoltados com o Governo, revoltados com Deputados, com tudo quanto é raça de político, e não tiro a razão. Vossa Excelência imagine, Deputado Euclides, uma pessoa que levanta de madrugada, limpa o porquinho, abre um porquinho e vai, Deputado Adriano, vender para comprar um remédio para o filho, que aquilo ali que é uma fonte de renda, aí o IDARON vem, aplica uma multa absurda em cima do agricultor. Então, os nossos pequenos agricultores, hoje, não podem vender uma galinha, não podem vender um porco e por que produzir esse porco, essa galinha? Eu não digo uma grande produção de porcos e uma granja, mas um porquinho que tem um GTA! Gente, nós temos que ter coerência nas coisas. Acredito que, pedi a parceria dos meus colegas Deputados, porque isso não pode continuar assim, a revolta do Estado de Rondônia está em cima da Assembleia também, não é só em cima do IDARON e do Governo, não, está em cima da Assembleia. Nós temos que tomar uma atitude, Deputado Edvaldo, que se tiver que mudar a legislação, nós temos que mudar, o que nós não podemos permitir é uma covardia em cima dos nossos agricultores, e é o que está acontecendo no nosso Estado de Rondônia, Deputado. Obrigado pelo aparte.

O SR. EUCLIDES MACIEL – É que a senhora não sabia, mas as galinhas de lá não tinham identidade. Então, eu acho que é por isso que eles estão prendendo. Agora, eu vou dizer aos garimpeiros agora. Às vezes a gente vê alguma matéria de pessoas que desconhecem quem é que ajudou a desbravar o Estado de Rondônia, se não foi os seringueiros e se não teve a participação também dos garimpeiros. Agora, o garimpeiro devasta, o garimpeiro acaba. Será que esses donos de usinas não estão acabando muito mais que qualquer garimpeiro? Aí ninguém fala nada, aí não dizem. Sabe por quê? Porque dessas usinas são todos poderosos. Deus o livre fechar uma usina, Deus o livre, prejudica quem? O maior prejuízo dessas usinas não é Rondônia, não, é São Paulo, Rio de Janeiro. Agora, os nossos garimpeiros, de trabalhar, são eles que pagam impostos e foi feliz o Presidente Hermínio e todos os Deputados que lá votaram, o Veto foi quebrado lá em Pimenta Bueno a favor de vocês, os Deputados foram firmes nessa posição, Deputado Hermínio, parabéns mesmo e vocês merecem. Eu acho que se há algum bandido nesta terra são os donos dessas usinas que trouxeram para cá a desgraça, a discórdia e o problema social está aí, o problema social está aí e nós estamos vendo. E tem outro Secretário aqui também, esse eu vou arrumar uma confusão, mas eu vou falar, ele é do meu partido, Secretário de Agricultura. Governador, eu já não confiava na agricultura, só na Agricultura, agora deram para ele, além da Agricultura, a SEDES também. O rapaz é incompetente, não sabe trabalhar,

agora colocaram uma das Secretarias que estava funcionando, e bem no Governo, a SEDES, a regularização estava funcionando como o carro chefe do Governo, em todos os lugares o Governador Confúcio é elogiado porque é o único Governador que fez regularização fundiária neste Estado. Agora, me tira a SEDES, põe na mão do homem que está com o maior número de fantasmas, e eu provo se ele quiser. Faço até um desafio, Secretário, o meu cargo contra o dele para ver se não tem fantasmas lá, e tem de monte, é um cabide de emprego essa Secretária de Agricultura e me mostre qual o trabalho que tem. Ah, mas o Cassol levava um saco de feijão no helicóptero e esse nem saco de feijão vai. Então, não adianta querer cobrar e agora me deram duas grandes Secretarias para esse Secretário do meu partido, do PSDB, do meu partido. Só que eu não indiquei, não, eu não indico tranqueira, eu não indiquei.

Então, Secretário, o senhor pode ficar atento que eu estou solicitando, eu quero todos os cargos da Secretaria de Agricultura no meu gabinete, um a um e de quem é, que nós queremos saber. Já que é para ir para o cacete, vamos, que eu não sou filho de pai assustado, não. E vou divulgar no meu programa na televisão também e vou divulgar também. Afinal de contas, eu acho que o povo, Presidente, merece ser respeitado. 'Ah, mas essa reforma do Governo é boa?' Vamos ver. Agora, entregar para uma pessoa que não sabe nem gerenciar, nunca gerenciou nada, a única coisa que ele gerenciou, em Vilhena, faliu. Aí entrega a Secretaria de Agricultura e agora a SEDES para esse homem! Eu estou preocupado porque eu tenho um milhão e meio de emendas na SEDES, de regularização. É capaz do homem sentar em cima e não saber o que fazer. Isso é preocupante.

Então, Presidente, o meu voto de repúdio a essa Secretaria de Agricultura que hoje passa a ser uma super Secretaria e ele que não tente me complicar que ele se arrebenta comigo. Pode ter certeza absoluta. E se não der para falar só aqui, ele dá azar, porque o meu programa pega em 27 municípios e aí eu baixo o porrete nele também. Afinal de contas, eu tenho o número de CDS que tem na Secretaria de Agricultura, é ali que tem que acabar, se tem fantasma, está ali. Esse é um dos locais que eu vou pedir, aliás, já pedi para o meu gabinete bater, que eu quero a resposta da Secretaria da Agricultura. E a vocês garimpeiros, parabenizar, vocês merecem o que a Assembleia fez quinta-feira, lá em Pimenta Bueno, todos os Deputados, por unanimidade, derrubou-se o Veto e isso é de vocês. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Parabéns, Deputado Euclides, pelo seu discurso. Com a palavra o Deputado Hermínio, mas ainda eu queria aqui registrar a presença do Vereador Menudo; a presença do Prefeito Zé Luiz, lá de São Felipe, bem-vindos a esta Casa. Com a palavra o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Maurão, que está presidindo a Sessão, quero cumprimentar todos os nossos Deputados, nossas Deputadas, cumprimentar a imprensa, os servidores da Casa, cumprimentar a todos os trabalhadores que trabalham no setor

mineral do Estado de Rondônia. Cumprimento a todos, obrigado por terem vindo prestigiar aqui a nossa Sessão. Também cumprimento o nosso Delegado da Polícia Civil, os nossos Peritos Criminais, nossos Policiais Cíveis, nossos Defensores Públicos e nossos Procuradores. Daqui a pouco nós vamos votar projetos aqui de interesse da nossa Polícia Civil, tanto Delegados como Peritos e Policiais Cíveis, também dos nossos Defensores Públicos e também dos nossos Procuradores.

Com relação à Lei que nós fizemos para regulamentar e para poder resolver e melhorar as condições de trabalho dos garimpeiros aqui no Estado de Rondônia, que foi fruto de uma discussão muito grande com o setor garimpeiro, vocês trouxeram para nós as ideias, as propostas, como é que vocês queriam, os nossos técnicos legislativos aqui montaram o projeto e foi aprovado aqui no Plenário por unanimidade, e como já era esperado, o Governo vetou o projeto, vetou esse projeto. E na quinta-feira, dia 03, nós estávamos numa Sessão Itinerante no município de Pimenta Bueno e lá, eu conversando com os Deputados, com os nossos companheiros, eles apoiaram a derrubada do Veto e nós colocamos lá mesmo, lá em Pimenta e graças a Deus tivemos apoio de todos os Deputados, inclusive até o companheiro, o Deputado Kaká Mendonça, que é Líder do Governo, apoiou a derrubada do Veto. Até porque eu sou um crítico ao Governador Confúcio Moura e ao Governo dele. Mas a gente sabe que a maioria dos Vetos, dos Vetos e essas ações, essas ADIN's que o Estado tem feito aqui, vetado a maioria dos projetos, principalmente proposto pelos Deputados, projetos que são bons, que é para ajudar o Estado, infelizmente o Governo tem vetado e eu tenho certeza que talvez isso não seja coisa da cabeça do próprio Governador. É uma assessoria incompetente que ele tem que faz vetar projetos importantes, Deputado Euclides, como é esse do garimpeiro. E ontem eu estava conversando com algumas lideranças da área de garimpo e eles falaram que com todas as dificuldades, com a legislação que atrapalha mais do que ajuda, com todas as perseguições, o Estado arrecada milhões por ano de imposto do setor garimpeiro do Estado, me falaram, eu não sei se procede, mas me falaram que os royalties das usinas no setor garimpeiro dá mais do que os royalties das usinas, e com toda essa discriminação que existe contra o garimpeiro. Eu lembro que de primeiro, de primeiro não, ainda hoje, chamar uma pessoa de bandido ou de criminoso e de garimpeiro era como se fosse a mesma coisa. Nós temos uma cultura neste Estado e uma discriminação contra os garimpeiros que quando fala que as pessoas são garimpeiras é como se as pessoas não fossem pessoas da sociedade normal, como se fossem pessoas criminosas ou pessoas bandidas, como se não fossem pessoas comuns, cidadãos de bem, pagadores de impostos e cumpridores de deveres como a maioria dos trabalhadores brasileiros. E é contra isso que nós lutamos. E eu queria dizer aqui, Deputado Neodi, eu moro há vinte e dois anos em Rondônia, eu cheguei aqui já no final da época do garimpo mesmo, que era a época das 'fofocas' que falam, eu conheço pouco, não conheço bem o garimpo, não sei como é a gíria que fala, mas na época mesmo do auge do garimpo eu cheguei no ano de 90 já pegando o final. Eu nunca ouvi falar de nenhum tipo de bandidagem, de crime ou qualquer tipo de coisa criminosa no setor garimpeiro deste Estado. O único fato que

a gente viu envolvendo garimpeiro neste Estado, depois que eu cheguei em Rondônia, foi, me parece que em 2004, no Cinta-Larga que, no caso, os garimpeiros que foram vítimas, que morreram lá quase 30 garimpeiros que acharam, que encontraram os corpos, segundo informação foi mais gente que morreu e que não encontraram os corpos. Por isso que essa legislação, Deputado Maurão, é uma legislação que vem para dar mais legalidade, para ajudar mais tantos trabalhadores garimpeiros que são trabalhadores decentes. Não estou dizendo isso para fazer média com nossos trabalhadores garimpeiros que estão aqui. A gente não ouve falar nada, qual é a confusão? Qual a baderna? Qual é o crime que os garimpeiros cometem neste Estado? É ao contrário, o Estado é que tem cometido muita injustiça e muita sacanagem com o setor garimpeiro deste Estado. Perseguido, não dando condições legais e nem em sentido algum, no sentido de explorar, que nem eu tenho sempre defendido o nosso Estado, nós temos que defender o setor e explorar de forma sustentável o nosso setor mineral para que este Estado venha a ser um Estado grande. E são dois setores importantes: o setor de agricultura e o setor mineral.

E a lei que foi aprovada e que nós derrubamos o Veto, agora que foi derrubado o Veto, o projeto vai para o Governador de novo e ele tem, Deputado Maurão, ele tem 48 horas para sancionar. Ele, não sancionando em 48 horas, não pode mais vetar, ele tem que sancionar em 48 horas e ele não sancionando, porque ele não é obrigado a sancionar, o projeto volta em 48 horas para a Assembleia e a Assembleia promulga. Aí passa a ser lei, já está até aqui, inclusive eu até pedi aqui ainda o autógrafo, porque o autógrafo a gente prepara aqui, vai para o Governo, para o Governo, no caso, sancionar em 48 horas. Não sancionando, volta e a gente promulga. Está aqui a legislação e eu vou pedir até para o Manvailer tirar cópia e passar para vocês, se não der para ser uma cópia para cada um, passar pelo menos para uma maioria que aqui é onde está toda a lei. Eu acho, meu companheiro Manvailer, que não tem problema, não, aqui é a mesma coisa, tira algumas cópias e distribui para os garimpeiros, que isso é que vai ficar, aqui é que vai redigir, tem aqui a área, onde é a área que pode ser explorada, inclusive as pessoas até vieram falar: - Não, Hermínio, parece que pode, os caras daqui a pouco vão colocar as dragas na Sete de Setembro, porque aqui, agora... Mas não é bem assim, não. Essa lei vem para ajudar tanto os nossos trabalhadores garimpeiros, nossos trabalhadores que trabalham com o setor mineral deste Estado como o nosso Estado.

Eu queria também aqui na nossa fala, aqui também falar o seguinte, o Governo de Rondônia, repudiar, que a informação que o Governo do Estado está tentando influenciar na eleição do CREMERO. E a gente sabe que esse Conselho, o CREMERO é muito importante, a partir do momento que o Estado vier a ter influência nesse Conselho, não vai ser bom para a nossa democracia, e não vai ser bom, principalmente, para o nosso setor de saúde do Estado. A gente sabe que o controle estatal nessas entidades é muito maléfico à nossa população, é querer colocar cabresto nas entidades para fazer política ou para apoiar políticas erradas do Governo, não é bom. Nós vamos denunciar, já encaminhamos denúncia para o Ministério Público para que

tome medidas com relação a esta atitude do Governo em querer influenciar na eleição.

Aqui também, com relação aos nossos Defensores, a Associação do Defensor distribuiu aí um panfletinho para todos os Deputados e estão contando aí, estão colocando aqui, explicando qual é o projeto deles que está tramitando aqui, que eu espero que nós aproveemos hoje. Por exemplo, hoje mesmo nós perdemos um Defensor Público do Estado, porque como o Estado do Amazonas dava uma condição melhor para os Defensores, ele fez concurso lá no Amazonas, passou e hoje ele deu baixa da Defensoria de Rondônia e assumiu a Defensoria do Amazonas. Por isso que é importante, é um direito que eles têm pela Legislação Federal de ter o mesmo tratamento do Promotor, do Procurador de ter na carreira jurídica baseada no Desembargador ou no Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado Presidente, obrigado a todos e boa tarde.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Parabéns pelo discurso, Deputado Hermínio.

Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

(Às 16 horas e 21 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento aqui todas as pessoas que nos visitam em nome do Vereador Beto do Táxi, Presidente da Câmara lá de Alvorada D'Oeste; Vereador Paulão da Noventa, também lá do município de Alvorada D'Oeste, no distrito de Tancredópolis; João Leitoa, Vereador do meu partido lá do município de Nova União e do Prefeito José Luiz que se faz presente aqui. Cumprimento todos os garimpeiros do nosso Estado de Rondônia, parabenizo pela luta de vocês, e o Presidente Hermínio que, na quinta-feira, em Pimenta Bueno, pediu que a gente votasse esse projeto por que viabilizou naquele momento a votação. Então, quero parabenizar vocês que são trabalhadores e com certeza contribuem e muito para com o crescimento do Estado de Rondônia.

Trago um tema aqui nesta tarde, Deputado Follador e Deputada Glaucione, Deputada Epifânia, que é muito importante para os municípios de Rondônia. No mês 08, precisamente no dia 16 de agosto de 2013, Deputado Cláudio Carvalho, a Ministra Ideli Salvatti, se aproveitando de um momento péssimo que vivia o Governo Federal no país, com a população do país nas ruas, fizeram uma grande mobilização, através do Governo Federal, dos Ministérios e vieram, tanto quanto em outros municípios, a Rondônia também. E, exatamente, ela veio aqui para anunciar o andamento das obras federais, o reinício de obras federais paralisadas, veio aqui para anunciar a entrega de diversos equipamentos, máquinas e caminhões para atender às Prefeituras do Estado de Rondônia, tanto quanto ia atender às Prefeituras de outros Estados brasileiros, principalmente as cidades com menos de cinquenta mil habitantes, e a grande maioria, a maioria absoluta das cidades do Estado de Rondônia tem menos do que cinquenta mil habitantes. O Governo Federal foi, através do IPI, encolhendo o poderio financeiro dos municípios brasileiros, não diferente com os municípios de Rondônia. Mas aí, parece que a Presidente Dilma, para dar um

consolo a esses Prefeitos, eu que estive em Brasília no encontro, na marcha dos Prefeitos, e a Presidente esteve presente lá, anunciou algumas coisas para atender aos municípios do Brasil. Entre essas coisas estavam o quê? O repasse financeiro como parte de compensação da diminuição dos repasses que foi dado no Fundo de Participação dos Municípios pelo Governo Federal. Isso ainda, Deputado Neodi, não se efetivou, o Governo Federal ainda não repassou nada para compensar as perdas que os municípios tiveram na questão do FPM, trazendo diversos tipos de transtornos a todos os Prefeitos do Brasil e levando o os Prefeitos, na sua grande maioria, a se incriminar, porque quando baixa muito a arrecadação, os Prefeitos começam ter um monte de problemas, principalmente problemas para a manutenção da folha de pagamento. E se não bastasse tudo isso, eu recebi uma notícia hoje, Deputado Ribamar, que é totalmente o contrário do que anunciou a Ministra Ideli Salvatti. Em um programa de televisão aqui, da Rede Amazônica de Televisão, a Ministra falou que não faltava dinheiro, e o que faltava eram projetos, e nesse momento ela mentiu, porque eles não estão fazendo o repasse para os municípios de dinheiro nenhum. No segundo plano, eu participei depois da reunião aqui, no Centro de Convenções aqui, se não me engano, chamado ELO, que é na Av. Mamoré, aliás, na Av. Guaporé, e lá estava a Ministra, Deputado Marcelino, e a Ministra, naquele momento, quando participava com mais 10 Ministérios aqui, daquela reunião com os Prefeitos de Rondônia, falou sabe o quê? Que tinha ouvido o clamor dos Prefeitos e dos Vereadores de Rondônia, Luiz Carlos, lá de Pimenteiras, que tinha escutado o clamor dos Prefeitos e dos Vereadores de Rondônia com relação às máquinas que o MDA estaria trazendo para Rondônia, uma retroescavadora, uma motoniveladora para cada município e alguns municípios com caminhão também. E esses municípios a serem contemplados, passavam de 40 municípios e eu acabei de receber a notícia das empresas que venderam esses maquinários para o Governo Federal, que somente, e para piorar a Ministra garantiu aqui, Deputados, que como Rondônia é um Estado atípico de vários Estados brasileiros, que aqui começa a chover bem antes, que o maquinário que estava previsto para entregar em novembro, ia entregar no máximo no mês nove, mês de setembro deste ano, ou seja, mês passado. O que aconteceu? Não entregaram no mês passado, não entregaram este mês. Diz que marcaram uma agenda para a Presidente Dilma vir a Rondônia no mês de novembro, mas só que os equipamentos que foram prometidos para as Prefeituras não serão entregues, somente nove Prefeituras de Rondônia é que vão receber esses maquinários. Ora, qual é a resposta que os Prefeitos vão dar para os municípios lá nos municípios? Qual é a responsabilidade da Ministra Ideli Salvatti e da Presidente Dilma que prometeu para, praticamente, cinco mil Prefeitos lá em Brasília, na marcha dos Prefeitos, e veio aqui em Rondônia, através de sua Ministra Ideli Salvatti, prometer a entrega desse maquinário. E agora vem a notícia que dos mais de quarenta municípios de Rondônia, mais de quarenta Prefeitos de Rondônia que esperavam aqui a solução da recuperação das estradas vicinais dos nossos municípios, não irão mais receber os maquinários. Quero deixar aqui, no ar, uma resposta, para que exatamente a Assessoria do Planalto, a Assessoria da

Ministra Ideli Salvatti, que veio aqui confirmar essa promessa feita pelo Governo Federal, que dê uma resposta para o povo de Rondônia, dê a resposta para os Prefeitos que têm a responsabilidade de fazer estrada para o seu cidadão lá no seu município, porque, infelizmente, lamento muito esse posicionamento do Governo Federal. Prometer tão pouco, um país tão rico, um Governo que arrecada tanto, prometer tão pouco para o povo de Rondônia, depois, desse tão pouco prometido, não entregar praticamente nada. Então, eu lamento e quero deixar o registro e fazer o comunicado aos Vereadores e aos Prefeitos aqui que estão nos ouvindo neste momento, não contem com essa promessa infundada feita pelo Governo Federal aqui para o nosso Estado de Rondônia.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Só para fazer uma colocação, os garimpeiros pediram a sua pessoa e a nós Deputados que em homenagem a essa votação, estou falando o que eu recebi dos garimpeiros, que hoje fosse intitulado o Dia do Garimpeiro, dia 08, este dia, e que nós, com todos os Deputados, é um pedido deles, e que a Assembléia fizesse em nome de todos os Deputados, hoje, dia 08 e que ficasse para a história como o dia escolhido por eles, é um dia especial, dia 08 de outubro, Dia do Garimpeiro, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós vamos, o nosso Manvailer vai preparar o Projeto para esta Sessão, para votar ainda nesta Sessão, como hoje sendo o Dia do Garimpeiro. E também eu peço aos garimpeiros para aguardarem a cópia da legislação que vocês vão usar daqui para frente.

Com a palavra o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Senhor Presidente, nobre Deputado Hermínio, em nome de quem cumprimento a Mesa; cumprimento todos os Deputados aqui na Casa, em nome do Deputado Zequinha Araújo; as Deputadas, em nome da Deputada Epifânia; servidores da Casa; os companheiros garimpeiros também aqui presentes, os Defensores Públicos; senhoras e senhores aqui presentes.

Ouvi atentamente e principalmente o discurso do Deputado Neodi, falando do desrespeito desse desgoverno, que chamo de desgoverno de algum tempo para cá, e, às vezes, algum cidadão é preso com duas galinhas, como falaram aqui. Tem caso muito mais grave, eu estava assistindo um telejornal agora na sexta-feira, um pai de família saiu da cadeia, preso durante seis meses por engano, chorando, seis meses preso por engano aqui no Estado de Rondônia. Então, não são só as galinhas que estão sendo presas, o ser humano também, que tem família também que está sendo massacrada por esse governo e muitas outras coisas não tem como eu não falar aqui.

Eu gostaria, os garimpeiros ainda estão aqui, eu gostaria de dizer a vocês, garimpeiros, eu fui garimpeiro de 89 a 90

aqui em Rondônia. Foi meu primeiro trabalho aqui, Deputado Neodi. E na época tinha dez mil dragas nesse garimpo, e trabalhavam as dez mil dragas tirando ouro. De lá para cá não foi criada nenhuma legislação que proibisse e agora arrumaram um decreto de mil, novecentos e lá vai bolinha, que proibiu essa atividade. Ora, se em 1980, 1990, os garimpeiros trabalhavam e não tinha nenhum empecilho, não foi criada nenhuma legislação de lá para cá que proibisse, e agora o atual Governador proibiu o trabalho de garimpagem no rio Madeira de uma forma inesperada, baseado em um Decreto que acharam em uma gaveta de mil novecentos e não sei o quê lá. Isso é um absurdo! O que o Presidente fez, Deputado Hermínio, eu parablenizo, porque sei o sofrimento dos garimpeiros e andando no rio Madeira, são cerca de 600 famílias que ainda trabalham, ainda insistem em trabalhar, porque é a única maneira que têm de dar o sustento a suas famílias. Não é justa a forma que o Governo do Estado, através da SEDAM, proibiu esta atividade. E eu espero que vocês consigam trabalhar após esta promulgação. No entanto, não tenho dúvidas que o Governo do Estado vai entrar na Justiça para tirar este direito de vocês, mas eu lamento, lamento o que aconteceu com vocês e lamento o que está ocorrendo com a EMATER, que depois que esta Casa se debruçou em propostas de todos os Deputados aqui para salvar a EMATER, depois de promulgada a legislação para salvar a EMATER, Deputado Luizinho, o Governo do Estado, de forma covarde, entrou na Justiça no STF para derrubar a legislação, fruto de um trabalho em conjunto da própria equipe do Governo e a Assembleia Legislativa.

Então, são coisas que não dá para aceitar. Não apoio um Governo que não tem diálogo com o povo. Eu levei o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros para conversar com o Governador Confúcio, ele me pediu que a gente tratasse de uma legislação para resolver o problema, o Presidente já tinha, naquele momento descobri que estava tramitando nesta Casa, senhor Presidente, uma proposta, proposta esta aprovada por esta Casa, e aí, depois que a gente aprova, veta. Isso é triste, a gente conviver com um Governo que não tem diálogo, que só traz prejuízo ao nosso povo. E essa questão da EMATER, essa questão da EMATER prejudica todos os agricultores do nosso Estado, se não tiver os técnicos da EMATER para dar o suporte mínimo. A nossa agricultura que já anda ruim, Deputado Marcelino Tenório, não tenho dúvidas que o atraso e a recessão, a cada dia, vão colocar uma trava no nosso Governo do Estado, dizendo que não tem receita. Como ter receita se os garimpeiros que geram uma grande receita não podem trabalhar? Como ter receita se o agricultor que mata um porquinho para comprar o remédio de uma filha tem o porco apreendido e preso pela perseguição do IDARON? Eu tenho andado nos quatro cantos deste Estado, senhor Presidente, eu estive lá em Parecis e um Diretor de Escola veio comigo e disse: - “Deputado, eu moro em um sítio e quando eu entro na estrada vicinal o IDARON está fazendo um trabalho de fiscalização de trânsito,” ou seja, pega o IDARON com os poucos técnicos de serviços humanos que nós temos, para tratar de um tema que nada tem a ver com o IDARON, que é a questão do trânsito. Então, são lambanças desse tipo que faz com que o meu voto jamais seja a favor deste desgoverno que eu tenho visto. E lá em Pimenta Bueno, lá em Pimenta Bueno foi aprovada

a Reforma Administrativa. Reforma Administrativa essa que, segundo o Governo, vai economizar 50 milhões de reais por ano. Não é verdade. Se fosse, aqueles números, se eles conseguirem colocar em prática, não passa de 24 milhões de reais. E, ainda mais, fragilizou as Secretarias e fortaleceu o gabinete da Casa Civil, senhor Presidente, triplicando os cargos comissionados da Casa Civil, dando poder ao Chefe do Executivo e enfraquecendo as Secretarias que têm um trabalho fim junto ao agricultor, junto ao pecuarista, junto à sociedade civil organizada. De que forma que nós vamos chegar com esse trabalho? E aí eu vou dar alguns exemplos, senhor Presidente, de projetos furados deste Governo, e eu vou começar pelo *Nota Legal*. O Governo fez uma grande propaganda do tal do *Programa Nota Legal*. *Nota Legal* é o quê? A população que vai ao mercado, Deputado Ribamar, pede uma nota, vai guardando, depois tem um bônus para receber do Governo do Estado. Tem seis meses que não paga. O Ministério Público teve que entrar na Justiça para que o Governo pagasse o valor de cem reais, duzentos reais, trezentos reais em favor dos nossos contribuintes. Não tem dinheiro para pagar cem reais para um contribuinte, mas tem dinheiro para gastar três milhões e duzentos mil com a propaganda de Governo que foi aprovada há pouco tempo aí, para gastar com propaganda e a propaganda não é pequena.

Tem o Plano Futuro. O Plano Futuro que está atrasado, que o Governo passa quatro mil e quinhentos reais para cada Prefeitura, deveria passar, que também não passa, Deputado Ribamar, para contratar técnicos, para identificar as famílias que estão em situação vulnerável, abaixo da linha da pobreza, para dar trinta reais por mês. E nem os trinta reais estão sendo dados, porque não pagaram os técnicos para fazer esse levantamento, por isso que o Plano Futuro virou o plano do atraso, da vergonha. O Minha Casa, Minha Vida que tem propagando por tudo quanto é lado, que trocou de nome aqui no nosso Estado, são recursos do Governo Federal que neste Estado passou a ser chamado de *Projeto Morada Nova*. Senhor Presidente, para mim a pior coisa que pode ter no ser humano, Deputado Luizinho, é a ingratidão. O Governo Federal manda recursos para construir inúmeras casas aqui no Estado de Rondônia, ele tirou o nome do Minha Casa, Minha Vida, batizou de *Morada Nova* e os três mil para o agricultor, que teria que passar para complementar a casa dele, não passa os três mil para ajudar os agricultores, e faz propaganda como se fosse um projeto apenas do Governo do Estado. É uma grande covardia.

O Programa Luz Para Todos. O Programa Luz Para Todos, Deputado Zequinha, que não está sendo para todos, porque o Governo não passa os dez por cento para chegar a todas as linhas, em todas as casas. Realmente, é este tipo de política que faz com que a gente não acredite que esse Governo consiga se achar. Já se passaram, em menos de três anos, cinco Secretários de Saúde, cinco Secretários de Educação e a gente não vê política séria neste Estado que consiga levar educação para a população que precisa.

Ainda na questão da Reforma Administrativa, senhor Presidente, para encerrar, a questão de que acabaram com a Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura. Imaginem, em um país que vai sediar a Copa do Mundo daqui a um ano, as Olimpíadas

daqui a três anos, os Estados deveriam fomentar uma política de Esporte, Lazer e Cultura, preparando o nosso país para receber esses eventos, e o Governo vem a acaba com a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. E depois que eu estava, depois dessa Reforma, que eu vim de Pimenta Bueno, que eu vim pensando, senhor Presidente, mas também para que o Governo do Estado quer uma Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, sendo que os principais eventos culturais do nosso Estado ele já acabou? Este Governo já acabou com o JOER, acabou com a EXPOVEL, acabou com o Flor do Maracujá, acabou com a briga das divisas do Boi lá em Guajará-Mirim, só faltava acabar com a Secretaria e agora ele conseguiu acabar. E, ainda mais, senhor Presidente, ainda vai piorar a Educação porque foi colocado uma superintendência. A Superintendência de Esporte, Cultura e Lazer foi criada na Secretaria de Educação. E aqueles 25% que é obrigado, constitucionalmente, ser investido, Deputado Ribamar, vai tirar para gastar com esporte, cultura e lazer, o pouquinho que fizer vai ser tirado da educação. Esse foi mais um golpe que o povo de Rondônia pegou na última Reforma Administrativa.

Portanto, deixo aqui o meu repúdio, o meu voto contrário e o meu não apoio às políticas desastrosas desse Governo que aí está. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cláudio. Com a palavra o Deputado Zequinha Araújo, depois o Deputado Adelino.

Cumprimento aqui o Vereador Cleto Apolinário, Vice-Presidente da Câmara de Parecis; também dos Vereadores Adão Gomes, Hudson Sérgio, da Câmara Municipal de Nova Brasilândia, e o Vereador Adriano Confecções, da Câmara Municipal de Buritis.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO - Senhor Presidente Hermínio, nobres pares, senhoras e senhores, imprensa, garimpeiros aqui presentes.

Nós queremos, Sr. Presidente, apenas fazer três considerações que eu entendo ser interessante, propício também. A primeira é em relação ao Novembro Azul, é como se fosse um chamamento e um despertar para a sociedade, principalmente as mulheres neste mês de outubro, o mês que se busca conscientizar, principalmente a mulher, para que faça o seu preventivo para que evite antes do mal acontecer, o problema do câncer de útero, enfim, essa doença tão perigosa que causa o tão malvado câncer, que depois vem causar um dos maiores problemas de saúde do nosso Estado. Portanto, já fizemos também este pedido junto ao Governo do Estado, que já está se mobilizando para que possa ter gratuitamente uma grande campanha, um trabalho voltado principalmente no sentido de amenizar a situação caótica que hoje se encontra principalmente as mulheres que, às vezes, por não sentir nada, elas terminam deixando passar e na verdade têm que ter, por isso que se chama preventivo, é se prevenir para que essa doença não venha causar um sério problema e até a morte em um futuro tão breve. E é por isso que nesse mês de outubro queremos também rebelar e mostrar que a Assembleia Legislativa não deixa passar em branco e está também consciente da sua importância junto a esse grande pleito.

No segundo momento, Presidente, falar da Professora Úrsula, que hoje foi homenageada aqui nesta Casa de Leis, uma pessoa que hoje nós percebemos a importância que ela tem e a Casa de Leis entregou à Professora Úrsula Maloney um grande prêmio, um prêmio de reconhecimento, um prêmio, sobretudo, de saber, estava eu, estava o Deputado Ribamar Araújo aqui e fizemos, com toda sua família, com as pessoas que estavam aqui presentes, Deputado Ribamar, uma grande homenagem, uma grande Sessão Solene onde tivemos a oportunidade de homenagear essa guerreira, essa pessoa que, como disse o Deputado Ribamar no seu discurso, desbravou o Estado de Rondônia, ajudou a desbravar o Estado de Rondônia também através da educação, uma educação que tinha valor, uma educação que a cada dia crescia. Infelizmente, hoje, professor não tem o seu valor real reconhecido, muitas vezes o professor se acovarda diante de alunos e, às vezes, alunos, se não se acovardar, o aluno termina matando. Virou, é o inverso, inversamente proporcional à situação real que seria a ordem dentro da escola, a ordem, sobretudo, na educação, para que assim pudéssemos ter um Estado, pudéssemos ter um país cada vez mais desenvolvido.

Enfim, Sr. Presidente, finalizo parabenizando esses guerreiros que aqui estão, os companheiros garimpeiros que todo mundo às vezes fala e critica, muita gente, às vezes, se afasta, acha que o garimpeiro é invasor, acha que o garimpeiro é isso ou aquilo, que está procurando algo que não é o correto, mas não tem, muitas vezes, pessoas que procurem apresentar proposta que traga alternativa para a melhoria da qualidade de vida do garimpeiro. Muitas vezes, Sr. Presidente, as pessoas tipo garimpeiro, o gari, pessoa dessa situação, e hoje eu falava com o presidente e ele dizia: ‘- Nós estamos abandonados, nós estamos excluídos’. A exclusão, muitas vezes, acaba com a pessoa, desvirtua o seu pensamento e termina levando para o lugar extremo que certamente é o pior que nós temos. Por isso quero parabenizar a luta de vocês também. Parabéns aos nossos companheiros garimpeiros aqui presentes porque eles tiveram coragem de vir aqui, porque eles acreditam nesta Casa de Leis. Foi isso, Deputado Hermínio, companheiro Hermínio, Presidente, Presidente Hermínio...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – É nesse sentido que nós queremos parabenizar também Vossa Excelência, toda esta Casa de Leis que teve a consciência de causar justiça, porque, como foi falado, quantas pessoas milionárias estão aí levando ouro, levando o minério do Estado de Rondônia, não deixam, às vezes, nada para cá e vocês estão construindo a vida de vocês, estão lutando, isso é a luta, é o que vocês ganham no dia a dia, em vez de serem vagabundos para lá, vocês são garimpeiros e garimpeiro tem força, garimpeiro tem dignidade. Parabéns, Deputado Hermínio, parabéns aos companheiros que viram essa verdade.

Quero finalizar dizendo ao companheiro, colega Deputado Euclides, que não está aqui, foi feliz também na questão do Dia do Garimpeiro. E finalizando, agradecendo a cada um, parabenizando os nossos Deputados Estaduais, esta Casa de Leis, que tem uma conduta cada vez mais séria, uma conduta

cada vez que ganha credibilidade pela sua postura, pelo seu perfil, mas dizer numa só voz: Viva 08 de Outubro, o Dia do Garimpeiro! Valeu.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Zequinha.

Para fazer uso da palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal aqui presente, principalmente os garimpeiros que nós conhecemos a história de Rondônia, nós acompanhamos, quando chegamos aqui em Rondônia, a questão do garimpo aqui no Madeira, tínhamos muitos amigos que exploravam ouro e também o Garimpo Bom Futuro que foi a maior jazida de cassiterita do mundo que nós acompanhamos naquele tempo, Deputado Ribamar, a gente entrava onde um amigo meu perdeu um trator, Pedro Milicheti afundava e toda a população trabalhando e naquela época rendeu muito recurso para o Estado de Rondônia. Infelizmente não foi tão aproveitada aquela arrecadação que tinha na época, tanto o município de Ariquemes como o Estado de Rondônia que poderia ter sido melhor aproveitado aqueles bons tempos. Mas os garimpeiros com certeza têm uma história em Rondônia e nós temos que garantir isso. Por isso aprovamos, derrubamos o Veto e estamos aí apoiando a classe garimpeira.

Quero também dizer que aqui vários companheiros que usaram esta tribuna citaram, com certeza, nós temos uma preocupação, hoje de manhã estivemos na PGE, estivemos na EMATER, estivemos agora de manhã aqui, também, discutindo a questão aqui na Assembleia, sobre a ADIN da EMATER, a ADIN que foi entrada também com a questão dos engenheiros, Presidente, e nós estamos muito preocupados e que com certeza o Governador já pediu que a PGE, junto com a assessoria, mostre os caminhos para tentar resolver essa insatisfação que fica não só com os funcionários da EMATER, mas sim com todos os agricultores do Estado de Rondônia. Nós que conhecemos a agricultura, vivemos da agricultura, nos criamos na agricultura, sabemos o quanto é importante a EMATER e espero que o mais rápido possível seja achado um caminho para que a gente consiga melhorar. E aqui vários companheiros citaram a questão do IDARON, agora mesmo conversando com o Deputado Cláudio Carvalho, aonde o IDARON vem tomando várias, o Presidente do IDARON, comandado pelo Marcelo, tomando várias medidas que estão estrangendo os agricultores, estão atrapalhando os agricultores e nós gostaríamos que o Governo olhasse com olhos para poder decidir isso, e eu estava falando aqui, Deputado Cláudio Carvalho, que esse Presidente do IDARON foi indicado na época pelo Partido dos Trabalhadores, a Secretaria de Agricultura também estava comandada pelo Partido dos Trabalhadores, a EMATER também estava comandada pelo Partido dos Trabalhadores, e hoje nós vemos que a segunda vez já que não é comprado semente aos agricultores. Não quero aqui dizer que no momento o atual Secretário também não comprou, na época do ex-Secretário também não comprou e muitos agricultores estão preocupados porque muitas vezes não têm dinheiro para comprar semente. E outra coisa, inflacionou a semente no mercado, porque todas

as pessoas que foram comprar a semente e aí o preço subiu lá em cima, Deputado Ribamar, a nossa preocupação é a procura, essa procura fez com que inflacionasse, hoje, a semente.

Quero também dizer que, com certeza, essa reforma administrativa está trazendo muito constrangimento a todos os funcionários públicos, mas eu quero deixar aqui. Aqui foi citado, inclusive pelo Deputado Luizinho, a questão das máquinas, que ficou, o Governo Federal prometeu a todos os municípios e que não está vindo. A transposição que foi prometida, inclusive a Presidente da República esteve aqui, prometeu e também não aconteceu até o momento. Já está há dois anos falando em transposição, falando, criando expectativas e eu conheço pessoas, inclusive uma pessoa lá de Ariquemes, amigo meu, que todo dia ele ia no SINTERO para saber quando ia ser transposto e ele faleceu a uns trinta dias atrás, ele faleceu com essa expectativa da transposição. E muitas pessoas, isso é um caso que eu fiquei sabendo, então são muitas pessoas que já estão em dificuldade, já criou uma expectativa muito grande e esperamos que o Governo Federal cumpra o mais rápido possível. Sabemos que o recurso já foi destinado no orçamento, já está garantido no orçamento, por que é que está demorando? Colocando cinco, seis pessoas para examinar treze mil processos que já estão lá em Brasília. É saber que vai enrolar, é saber, é colocar lá para poder não liberar, para que não aconteça nunca essa transposição para que o Ministério economize, para que o Governo Federal economize nas costas dessas pessoas humildes e essas pessoas que deram o sangue pelo Estado de Rondônia. E hoje o Estado está em dificuldades, porque o Governo Federal também é o maior agiota do país, do mundo, não é do país, não, do mundo. Porque hoje está sacando dos cofres públicos dezesseis milhões por mês do FPE, para poder pagar dívidas e essas dívidas nunca acabam. Pelo contrário, pelo levantamento que foi feito no ano passado, a dívida ainda continua, só paga os juros. Então, nós queremos dizer que o Governo Federal, além de não dar o que é de direito para os municípios, além de não valorizar os municípios onde moram os cidadãos, que ninguém mora no Estado, não, ninguém mora no Governo Federal, todo mundo mora nos municípios. E chega lá em Brasília o dinheiro e acabam segurando, ameaçando deliberar, enrolando. Naquele canal do Governo Federal, todo dia a Presidente da República falando, criando expectativa, tem muito dinheiro para financiar, só que não dá condições para que o cidadão consiga pegar esse recurso. E nós queremos que o dinheiro venha para os municípios, para que o Vereador, para que o Prefeito saiba onde vai investir, onde é melhor, os conselhos municipais deem opinião para que o dinheiro seja melhor valorizado. Muitos Prefeitos têm creche pronta, aí fala assim: - “A Dilma que deu.” Mas você vai ver esse prédio, ele foi construído na especificação exigida por Brasília, gastou um milhão e quatrocentos, um milhão e seiscentos, quando o mesmo prédio poderia ser feito com setecentos mil reais se fosse dado a oportunidade, se fosse deixado para que o município fizesse o seu projeto, com a mesma quantidade de alunos poderia fazer com metade do valor. E pior ainda, que daí ela tira o recurso, o repasse do FPE cada vez diminui e aí o Prefeito não consegue contratar os funcionários, não consegue contratar o professor, não consegue contratar a zeladora, não consegue contratar a faxineira e aí essa escola fica um elefante

branco. Esse prédio, o que adianta? Nós precisamos melhorar a arrecadação dos municípios, com a desoneração de impostos, que eu sou a favor, Rondônia, aliás, o Brasil paga muito imposto, eu sou a favor. Mas para o Governo Federal desonerar, ele tem que desonerar aquilo que é dele, aquilo que é do Governo Federal, aquele recurso que ele já segura lá, porque ele tem o Tesouro, ele tem BNDES, ele tem recursos para poder cobrir qualquer defasagem que tenha. Agora, os municípios e Estados ficam na penúria, ficam mendigando e muitas vezes eu fui ao Vale do Anari, fui a vários municípios, Jorge Teixeira também está seis meses em greve porque não consegue dar aumento. Todos os prefeitos de Rondônia estão com dificuldades, inclusive cortando gastos, demitindo pessoas para poder sobreviver por causa da arrecadação que está baixando e o limite do pessoal já está no máximo. E quem estava no limite já passa a ficar na ilegalidade, porque o percentual cada vez sobe.

Então, eu quero registrar aqui o meu repúdio ao Governo Federal que faz muita propaganda com o dinheiro dos municípios, dinheiro da população de Rondônia, a população do Brasil que arrecada e vai tudo para Brasília. Os municípios, hoje, para vocês terem uma ideia, ficam com 14% da arrecadação compartilhada no Estado, no Brasil. O Governo do Estado fica com 30, 32%, mas já saca dezesseis milhões para pagar dívida, o Governo Federal já saca dezesseis milhões do percentual do Estado e segura em Brasília e ainda tem que dividir com os Poderes. E o Governo Federal, daquilo que é compartilhado, 54% fica com ele e aquilo que não é compartilhado, somando, dá mais de 60%, fica em Brasília. Cada cem reais que é arrecadado nos municípios, ficam lá em Brasília sessenta, vêm quarenta para brigar o Governo do Estado com os prefeitos. É muito pouco, é muita miséria, é muita dificuldade, porque é lá que mora o cidadão, é lá que tem que fazer saúde, é lá que tem que fazer educação. Eu fui doze anos prefeito e sei o que é isso, para nós conseguirmos 1% do FPM andamos para Brasília três anos. A Associação dos Prefeitos, junto com a Associação dos Municípios, para Brasília andamos três anos, mendigando para ter uma migalhinha que foi uma conquista feita com muita luta e agora, aos poucos, estão tirando. Estão tirando o FPE cada vez, o ano passado o Governo do Estado deixou de arrecadar quinhentos milhões, duzentos e cinquenta poderiam ser usados na folha. Então, aí todos os funcionários hoje estão na expectativa para receber pelo menos aquele pouquinho da reposição salarial e não conseguem. Estão aí os bancos, todos os bancos de greve, o Governo Federal não está preocupado, não. Está deixando, lá onde os bancos, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil é o que mais lucra, só lucro, lucro, cada vez mais enriquecendo, cada vez sobrando mais dinheiro, e não consegue dar, vem oferecer 7% para aumento dos funcionários dos bancos, os bancários, 7%, o cara que ganha aí dois mil reais, vai tirar cento e catorze reais de aumento, fica com dois, três, quatro meses para poder conseguir isso. Então, com certeza nós precisamos que seja melhor distribuída a renda neste país, que seja valorizado mais onde mora o cidadão, que é nos municípios.

Muito obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero aqui registrar na galeria desta Casa o nosso amigo e companheiro lá do Vale do Paraíso, ex-vereador Elizeu Camata e ex-vereador Eli Vaz e também o Francinaldo da nossa valiosa EMATER. Um abraço. Obrigado pela presença de vocês.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcelino Tenório. Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Senhor Presidente, ouvindo aqui atentamente a fala do nobre Deputado Adelino, quando reclama da falta de incentivo do Governo Federal, eu fico pensando, se não viesse o recurso que está vindo do Governo Federal, Deputado Ribamar, o que seria de Rondônia? Eu estou andando nos 52 municípios, já andei em 46 dos 52 e as obras, os programas que eu vejo do Governo do Estado são bancados com o recurso federal. Para mim, o maior defeito de um ser humano, eu acho que a soma de todos os defeitos é a ingratidão. Eu acho que a ingratidão é a soma de todos os defeitos de um ser humano. E o Estado de Rondônia que recebe recurso, esse da Minha Casa, Minha Vida, que passa de dez mil habitações, está praticamente pronta, com 100% do Governo Federal, o Governo do Estado deveria passar 10%, mas não está repassando. E trocou de nome ainda, de *Minha Casa, Minha Vida* para *Projeto Morada Nova*. O grave, senhor Presidente, é que esses recursos não estão sendo aproveitados, só Porto Velho, para esgotamento sanitário, que é a obra mais importante de uma cidade, em 2008 ainda, o ex-Presidente Lula mandou setecentos e dez milhões de reais para o esgotamento sanitário de Porto Velho. Essa obra até hoje não conseguiu ser feito o projeto básico e eu tenho uma notícia triste para quem é de Porto Velho ou para quem gosta de Porto Velho. Eu estive no Ministério das Cidades há cerca de três meses, se essa obra não for iniciada e fizer a primeira medição, ou seja, o primeiro pagamento até 31 de dezembro deste ano, esse recurso vai voltar para o Governo Federal, setecentos e dez milhões de reais. O que está faltando para o Estado de Rondônia não é dinheiro, não, está faltando organização, seriedade para aproveitar pelo menos o recurso que vem do Governo Federal. Nobre Deputado Adelino, com todo respeito que tenho a Vossa Excelência, mas dizer que não está vindo recurso do Governo Federal, está faltando é aplicar. O Luz Para Todos, esse Governo do Estado de Rondônia tem uma dívida com o convênio...

O Sr. Adelino Follador - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Vou concluir o meu raciocínio e já passo o aparte, nobre Deputado. Só do *Luz Para Todos*, no mês de maio, eu fiz o requerimento aprovado por esta Casa, o Governo do Estado deve, devia naquela época, hoje é mais, mais de trinta e três milhões de reais de um convênio que é

feito, a ELETROBRAS pega algumas linhas, licita, 90% vêm do Governo Federal, 10% do Governo do Estado de Rondônia. Resultado: o Governo Federal manda os 90%, o Governo do Estado não passa, quando você chega nessa determinada linha, faltam cinco casas, sete casas, lá na ponta, Deputado Ribamar, que um agricultor, aquele que trabalha para trazer o sustento aqui para a cidade, para mim, para os nossos filhos, para vocês, está sem energia devido a esse desmando do Governo do Estado. Dizer que não vem recurso do Governo Federal, gente, é uma ingratidão e tanto, me permita falar isso, nobre Deputado. Já vou concluir e vou permitir aparte. Portanto, se somar os recursos do *Minha Casa, Minha Vida*, que estão fazendo propaganda com o chapéu alheio, ainda trocaram de nome, chamam agora *Morada Nova* o que era *Minha Casa, Minha Vida*. O que nós precisamos fazer é reconhecer quem trabalha e a população sabe fazer isso, seja de partido A, B ou C, seja quem for. Agora, a minha preocupação, neste momento agora, é com o município de Porto Velho, com setecentos e dez milhões de reais e os Deputados que dão sustentação a esse Governo, eu já nem tenho mais coragem de conversar, porque não adianta, está fazendo ouvido de mercador. Tem que dizer para ele: - Governador Confúcio, o povo de Porto Velho, 70% votaram no senhor, não deixe esse recurso voltar. A minha relação está tão ruim que eu não tenho condição de falar isso para ele olho a olho, mas eu vou encher esta cidade de outdoor, dizendo assim: “O povo de Porto Velho clama ao senhor Governador que não deixe voltar setecentos e dez milhões de reais para colocar esgotamento sanitário, que é a obra mais importante de qualquer cidade”.

E o recurso está aí desde 2008. E quem iniciou essa obra? Foi o ex-governador Cassol. E a vontade era tanta de fazer que não fizeram o projeto básico correto. Quando eu descobri que estavam enterrando canos sem saber onde é que iam ser os locais que iam colocar as duas estações de tratamento, Deputado Boiadeiro, eu era Vereador em Porto Velho aqui na época, eu denunciei, mas cento e oitenta milhões de reais já tinham sido gastos. Tem muito cano enterrado que não se sabe mais para onde vai e sequer o projeto básico foi aprovado e que pena que o Governo Federal também pensou na elaboração do projeto e mandou vinte milhões de reais só para a elaboração do projeto. Mas nem assim o fizeram e o prazo é 31 de dezembro, se não começar a obra, se não der a ordem de serviço, após o projeto pronto, esse recurso vai voltar para Brasília e vai ficar aqui em Porto Velho a vontade, o sofrimento do povo de ter uma cidade organizada.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar, Deputado, por esse seu pronunciamento, com certeza preocupado. Eu não falei que Brasília não está mandando dinheiro, não, pelo contrário, mandou muito dinheiro aqui, mandou muito dinheiro e esse dinheiro mesmo do saneamento básico, o Sobrinho quando esteve aqui, hoje mesmo eu vi uma entrevista do atual Prefeito, tem sessenta e três obras paralisadas em Porto Velho, quase tudo do Governo Federal, nenhuma concretizada, estão aí os viadutos... E essa questão do saneamento básico, eu acompanhei na época e como fui Prefeito doze anos, a gente sabe, acompanhou a votação no Supremo Tribunal Federal

aonde deu autonomia do esgoto e água para legislar para o município. O Sobrinho, que era, inclusive, do próprio Partido dos Trabalhadores, abriu mão e passou esse recurso para o Governo do Estado, na época o ex-governador Cassol, que fez essa marmelada toda, mas é uma autonomia que os municípios hoje têm em legislar em cima da água e esgoto. A Prefeitura de Porto Velho abriu mão desse recurso e passou para o Governo do Estado.

Então, com certeza o Governador tem que estar preocupado, a assessoria para que monte esse projeto, para que consiga segurar esse recurso, mas que com certeza foi um erro muito grande, que a Prefeitura de Porto Velho deveria ter executado esse trabalho. Hoje nós temos o município que eu fui Prefeito, em Cacaulândia, ele vai ser um município que vai ter 100% de saneamento básico, porque nós fizemos o dever de casa e é pelo município, a água, vai ter 100% de água. O trabalho começou naquela época, fomos para Brasília, levei os projetos, o Prefeito que foi meu sucessor deu tramitação nesse processo e espero que o atual Prefeito consiga cumprir as exigências dos convênios para poder executar 100%. Mas é, inclusive até o Mauro Nazif, como Prefeito de Porto Velho, deve se preocupar, porque a fixação de taxas de esgoto, de água, a execução, o Supremo deu toda autonomia para os municípios. Então, hoje eu sei que foi passado para o Estado na época, o Governador, eu espero que corra atrás para tentar recuperar, segurar esse recurso, mas o município tem que se preocupar, que é de responsabilidade dele, hoje, legislar sobre água e esgoto e lixo, que são de responsabilidade do município e não do Estado. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Adelino. O que ocorreu na época, eu era Vereador aqui e conheço muito bem, o Governo do Estado tem uma Companhia de Água chamada CAERD que todos nós conhecemos. A Prefeitura de Porto Velho não tinha e não tem uma empresa que pudesse gerir. Daqui que se criasse, seria outra coisa, a CAERD já tem estrutura em Porto Velho. Criar outra companhia para desativar a CAERD seria também um prejuízo muito grande, porque a CAERD já existe. Por isso que foi feito um convênio e para mim o combinado nem é caro nem é barato, se o Governo do Estado assumiu a CAERD...

O Sr. Adelino Follador – Não é a CAERD que está legislando, não, é a SEPLAN. É pior ainda. Não é a CAERD que está executando essa obra.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Mas ela que vai gerir depois. A CAERD vai gerir.

O Sr. Adelino Follador – Gerir sim, mas a execução poderia ter sido pelo município, que podia executar sem passar para a CAERD administrar. Podia sim, porque a Prefeitura de Cacaulândia está fazendo isso, qualquer município pode fazer. Poderia executar o Projeto e passar para a CAERD, desde que fizesse um convênio com a CAERD. Na época, a Prefeitura de Porto Velho se omitiu de fazer essa obra, licitar essa obra, com certeza, que eu acho que ela cometeu um erro muito grave.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Nobre Deputado, mais uma vez, o senhor está equivocado. A Prefeitura precisava criar uma companhia, sendo que o Estado já tem, já tem estrutura montada. O que a Prefeitura de Porto Velho fez foi fazer um convênio e o Governo do Estado aceitou e quem ganhava com isso era o povo. Nós imaginávamos que ia ser feita a obra. Não dá, não importa hoje quem está com essa responsabilidade, através de um contrato, de um convênio, é o Governo do Estado. É aqui que nós temos que cobrar. Esse recurso, se voltar, Deputado Zequinha Araújo, setecentos e dez milhões de reais para o esgotamento sanitário da nossa cidade, nunca mais nós vamos ter essa oportunidade de ter esse recurso. Por isso que nós precisamos a todo momento que usar uma tribuna, uma rádio, uma TV de agora para frente, até 31 de dezembro, eu vou estar alertando 'Porto Velho não pode perder esse recurso', e eu lamento muito que de 2008 para cá, já se passaram três Governadores com esse, e nós não tenhamos esse Projeto pelo menos pronto para licitar e fica só a ansiedade que nós vamos perder esse recurso, porque, segundo o Ministério das Cidades, a última renovação já foi feita e o vencimento vai se dar no dia 31 de dezembro deste ano se não houver o primeiro pagamento da primeira medição. Por isso é uma das obras mais importantes para esta cidade, mas tem inúmeros recursos do Governo Federal neste Estado, eu não consigo ver recurso do Governo do Estado. Porque nem as contrapartidas do *Programa Luz Para Todos*, do *Minha Casa, Minha Vida* estão sendo executadas, Deputado Neodi. Eu gostaria muito que pelo menos as contrapartidas deste Governo, desse desgoverno, fossem cumpridas para que nós viéssemos ter uma cidade organizada, como já tem algumas cidades organizadas no Estado de Rondônia e com apoio do Governo Federal. Obrigado.

A Sra. Epifânia Barbosa – Deputado, um aparte?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Concedo o aparte, nobre Deputada.

A Sra. Epifânia Barbosa – Parabenzá-lo pelas informações que traz a esta Casa. Eu só queria acrescentar no seu discurso, eu ouvi o Deputado Luizinho se manifestar, mas ele também encerrou muito rápido, dizendo que houve alguns compromissos do Governo Federal e não vêm sendo cumpridos. E ele falou sobre a questão do complemento do FPM que houve essa queda da arrecadação e esse final de semana eu estive em três municípios, entre eles Campo Novo e Monte Negro, e perguntei para os Prefeitos e eles confirmaram que já receberam o primeiro repasse, que foi prometido dois repasses, um agora nesse segundo semestre, e ainda no segundo semestre, mas até o mês de novembro, dezembro. Então, agora no mês de outubro, eles já começaram a receber, já está na conta dos Prefeitos o complemento do FPM que foi um dos compromissos para tentar ajudar os municípios.

Então, também acrescentar essas informações aí, que é uma ação também, além das inúmeras obras, que todas, praticamente todas as grandes obras, como bem Vossa Excelência falou, que existem aqui no Estado de Rondônia, nos municípios, seja através de recurso direto do Governo

Federal, seja através de emendas parlamentares dos Deputados Federais ou Senadores, realmente, o PAC e outras ações, vêm do Governo Federal que tem salvado em termos de infraestrutura o nosso Estado. E essa informação aí também de que esse compromisso da Presidência, do repasse, já está chegando aos municípios, pelo menos nesses que eu estive nesse final de semana. Não posso dizer que já foi depositado em todos os municípios, não sei dizer se Cacaulândia, mas afirmo que, pela fala dos Prefeitos de Campo Novo e Monte Negro, que o primeiro repasse já foi feito e acredito que o segundo deva cair no mês de novembro, dezembro. Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Obrigado, Deputada Epifânia.

O Sr. Zequinha Araújo – Um aparte, Deputado Cláudio?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Concedo o aparte, Deputado Zequinha.

O Sr. Zequinha Araújo – Agradeço, Deputado Cláudio. Deputado Cláudio, dizer para Vossa Excelência também, é uma questão até política, que nós estamos numa Casa política, onde nós temos o direito de expressar tudo aqui que nós defendemos. Nós nunca, e o Deputado Hermínio, como Presidente, nunca deixou a desejar nesse sentido. Sempre deixou à vontade os Deputados fazerem conforme os seus, a sua intenção, sempre respeitando a posição de cada Deputado. Por isso que eu digo, nós estamos hoje comentando, Vossa Excelência está comentando, um desgoverno, na verdade nós também temos que olhar o outro lado. A questão, por exemplo, do município de Porto Velho, por exemplo, Deputado Cláudio. Quanto tempo, quantos anos que não recebia, por exemplo, uma demanda de trabalho como está recebendo hoje do nosso Governador Confúcio Moura? Eu vejo, por exemplo, aonde é a UPA da Zona Sul, 35 leitos de UTI's completas, totalmente completas, voltadas para a população de Porto Velho. Eu vejo, por exemplo, hoje eu fui lá na Zona Leste, precisamente no Bairro Ronaldo Aragão, uma Indicação do Deputado Ribamar Araújo, e eu como Deputado também estive lá presente, e tem máquinas trabalhando justamente para fazer o asfalto. A Rua da Beira que foi por quanto tempo paralisada e deixada por ali, foi o Governador Confúcio Moura que teve a hombridade de dizer e assumir aquela responsabilidade e está sendo realizado. Hoje eu já vi asfalto sendo colocado lá, a capa asfáltica. E outras situações, quando se fala de casas populares, nós estamos vendo hoje sendo feitas inscrições para quatro mil casas, e eu percebi, o importante é que a gente vai lá e vê o critério que está sendo tomado, Deputado Follador, para se fazer essas inscrições. São realmente para pessoas que precisam. E se não fosse uma coisa tão boa, nós não teríamos ninguém lá, nós estamos vendo multidão. Portanto, é importante que tenha a crítica, é claro, cada um, como eu falei, tem a sua, por isso que é respeitado aqui nesta Casa o que realmente cada companheiro tem a falar. Porém não dá de deixar de falar também algo que é verdadeiro. Nós não estamos falando o que é errado. Nós podemos comprovar. Portanto, é apenas isso que eu queria falar para Vossa Excelência. Quando se fala de PT, PMDB, são dois partidos aliados, nós não falamos aqui

em relação ao PT e nem PMDB, nós estamos emitindo nossos pensamentos, nossos pareceres. No meu entendimento, o parecer é esse. É claro que não está cem por cento o Governo, não está, como quase nenhum Governo aqui dentro do nosso país, dos nossos Estados. Tem Estado aí que está devendo três meses de folha de pagamento e aí a gente fica a pensar: será que o nosso Governador Confúcio Moura está fazendo só o que é ruim para o Estado de Rondônia? Com certeza não. Por isso que eu quero agradecer o aparte e dizer que, conforme Vossa Excelência está falando de um lado, nós estamos apenas falando de outro, que é o lado onde estão sendo realizadas as coisas boas no município de Porto Velho, principalmente no interior do Estado de Rondônia.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Obrigado pelo aparte. Só para complementar, senhor Presidente. Essa questão das casas, eu coloquei, Deputado Zequinha, é que quatro mil casas estão sendo entregues, isso é muito bom, está funcionando a questão da habitação aqui em Rondônia, mas é com recurso federal, 95% com recurso federal. Quando na verdade aparece na mídia como se fosse só o Governo do Estado, porque tiraram o *Minha Casa, Minha Vida*, puseram *Morada Nova*. Isso é um programa do Governo Federal que o Governo do Estado é parceiro, mas não deve se esconder o nome do parceiro como está sendo escondido nesse programa. E eu me sinto ofendido porque tenho vinte anos dedicados da minha vida a defender uma bandeira, e a bandeira, por exemplo, na política eu acho que a ética e a gratidão devem sempre prevalecer e nesse caso não está.

Na questão da Saúde, depois que o Pimentel entrou deu uma melhorada, é claro que ainda está muito aquém, mas eu tenho que entender e reconhecer que o Pimentel não conseguiu descentralizar a Saúde ainda, que é a grande necessidade de botar o hospital de Cacoal para funcionar, mas deu uma melhorada no sofrimento e na dor das pessoas agora. E eu digo isso com conhecimento porque meu pai está internado há dois meses lá no Hospital de Base, eu sei como funciona, e deu uma melhorada, mas a questão da Saúde ainda não arrumou, mas melhorou muito. O que eu estou dizendo, e eu me contrapus aqui à fala do nobre Deputado Adelino, que essa conversa que o Governo Federal não está trazendo recursos para Rondônia não está justa, tem muito recurso vindo e pouca ação do Governo do Estado. E teve uma ação importante do Governo do Estado, Sr. Presidente, para encerrar agora, a estrada aqui que vai para o porto que o Governo do Estado está recuperando, mas eu vou dizer para vocês, daqui a trinta dias, quando passar trinta dias que concluiu, pode ir lá ver se não acabou, porque onde passam milhares e milhares de carretas por dia está sendo um asfalto de qualidade péssima que, inclusive, onde o ex-governador Cassol já fez uma vez, acabou, e trinta dias após o encerramento dessa obra vão lá olhar para ver o que vai restar dessa estrada que liga Porto Velho ao Porto Graneleiro.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cláudio. Dizer que essa questão da água e de esgoto aqui de Porto Velho, na época, era uma briga danada, um era

o pai da criança, outro era a mãe, e agora não tem nem avô, está órfã.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Criança feia não tem pai, não é, Deputado Euclides? Só criança bonita todo mundo quer ser pai.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O nosso companheiro Kaká sofreu um acidente agora pela manhã, mas está bem.

Senhores e Senhoras Parlamentares, conforme preceitua a alínea “o”, inciso I do artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão: Projeto de Lei Complementar 149/13, do Poder Executivo; Projeto de Emenda Constitucional 021/13; Projeto de Lei Complementar 140/13, da Defensoria Pública; Projeto de Lei Complementar 148/13, do Deputado Hermínio Coelho; Projeto de Lei Complementar 150/13, da Mesa Diretora; Projeto de Lei 806/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1003/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1008/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1046/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1063/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1064/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1065/13 do Deputado Hermínio Coelho.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Deputados inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Institui o Dia Estadual do Garimpeiro.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 730, de 30.09.2013, que estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA. Requer à Mesa Diretora o adiamento de Audiência Pública que seria realizada no dia 23 de outubro de 2013, às 15:00 horas, para ser realizada no dia 31 de outubro, às 09:00 horas, no Plenário das Deliberações, tendo por objetivo a exposição de metas planejadas e executadas com recursos do PEDISE e do PROINVEST;

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora seja concedido Voto de Louvor ao Sr. Raniery Araújo Coelho, Presidente da FECOMÉRCIO/RO, pelos relevantes serviços prestados através do projeto social dispensado aos idosos, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA MESA DIRETORA. Requer a retirada do Projeto de Resolução nº 88/2013.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Governo do Estado, com cópia à SESDEC, a necessidade de celeridade no procedimento de reforma de Delegacia do distrito de Vista Alegre, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Governador do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de celeridade da obra de urbanização da marginal da BR-364, no município de Itapuã do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Governo do Estado, com cópia à SESDEC, para que implante o Projeto Bombeiro Mirim na Zona Leste, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Governo do Estado a necessidade urgente de perfuração de um poço artesiano no Distrito de Nazaré, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado e junto a SEAGRI, para aquisição de implementos agrícolas para que possa atender aos agricultores do município de Parecis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Governo do Estado, através do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, sobre a necessidade de participação no *Programa Mão Amiga* para o município de Itapuã do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN DE OLIVEIRA. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade de realizar o asfaltamento da Rua João Paulo I no trecho entre as ruas Campos Sales e João Elias, Bairro Conceição, Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao DER a necessidade de construção de quebra-molas na RO-133 no perímetro urbano do município de Vale do Anari – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES. Indica ao Exm.º Sr. Governador do Estado de Rondônia, através do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia, Dr. Lúcio Mosquini, a inclusão do município de Presidente Médici no *Programa Mão Amiga*.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO NEODI. Indica ao Sr. Governador do Estado, com cópia à SEAGRI, a situação sobre as escrituras públicas das chácaras do município de Theobroma.

Lidas as matérias da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Sr. Presidente, nós temos o Projeto de Lei 950/2013, de autoria de V.Ex.^a, no qual nós apresentamos uma emenda e gostaria que voltasse a ser incluso na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Ok, Deputado Luizinho Goebel, o Projeto de Lei 950/13 vai ser incluído na Ordem do Dia.

Quero aqui cumprimentar o Sr. Tadashi Hattori, Diretor Operacional da SICOOB Central Norte de Porto Velho; também Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB/RO; Sr. Iris Fernandes de Castro, Diretor da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB/RO. Obrigado pelas presenças.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora seja concedido Voto de Louvor ao Sr. Raniery Araújo Coelho, Presidente da FECOMÉRCIO/RO, pelos relevantes serviços prestados através do projeto social dispensado aos idosos no Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 23 de outubro de 2013, às 15 horas, para ser realizada no dia 31 de outubro, às 9 horas, no Plenário das Deliberações, tendo por objetivo a exposição de metas planejadas e executadas com recursos do PEDISE e do PROINVEST.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 149/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 252/13. Altera o anexo II da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Chamar os Deputados para vir ao Plenário que o Projeto de Lei Complementar precisa de 13 votos. O Projeto já tem parecer das Comissões.

Senhoras e Senhores Parlamentares, comunicamos que na Sessão Itinerante Extraordinária realizada no município de Pimenta Bueno foi votado o Projeto de Lei 1058/13 de autoria do Poder Executivo, que altera o anexo II da Lei Complementar nº 620, de 20 de Junho de 2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, e dá outras providências. Ocorre, porém, que houve um equívoco

no momento de processar o Projeto e foi numerando como Projeto de Lei Ordinária, quando na realidade trata-se do Projeto de Lei Complementar. Considerando que fora deliberado pelo processo de votação simbólica, quando deveria ter sido deliberado pelo processo de votação nominal, se faz necessário que realizemos a votação nominal do referido Projeto. Diante disso, a votação do mencionado Projeto fica sem efeito e nesta Sessão estaremos realizando a votação nominal do mesmo, corrigindo assim para efeito legal a votação do Projeto de Lei Complementar nº 149/13 que já está em discussão e votação. Votação nominal.

O painel já está à disposição. A orientação, hoje eu vou dar uma de líder do Governo Confúcio, já que o nosso líder está acidentado, eu vou liderar hoje para o Governo Confúcio, peço aqui, em nome da base aliada, a aprovação do Projeto. É o Projeto dos trabalhadores da Procuradoria Geral do Estado. Esse Projeto nós votamos lá em Pimenta, mas aí teve um erro, que é Projeto de Lei Complementar e foi votado como Projeto de Lei Ordinária.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jakes Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. Com 16 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 021/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO E OUTROS. Dá nova redação ao *caput* do artigo 146 da Constituição Estadual, que trata da nomeação do Diretor Geral da Polícia Civil.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Peço para o Deputado Euclides Maciel dar o parecer pelas Comissões.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, demais Deputados, nessa Proposta de Emenda Constitucional 021, que tem como autores o Deputado Hermínio Coelho e outros, dá nova redação que trata da nomeação do Diretor Geral de Polícia Civil, o nosso Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Euclides. Em discussão o Parecer favorável do Deputado Euclides. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão e votação a Emenda. Deputado Cláudio para discutir o Projeto.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, eminentes Deputados, público aqui presente, o pessoal da Polícia Civil aqui presente também.

Gostaria de cumprimentar o Vereador de Espigão D'Oeste, meu amigo Luiz Paca, que também nos prestigia hoje assistindo esta Sessão.

Senhor Presidente, parabenizo Vossa Excelência também por apresentar esse Projeto de Lei, aonde, durante muito tempo, aqui na Polícia esse requisito de tempo foi muito importante para o trabalho da Polícia Civil e no início do Governo Confúcio foi modificado, a meu ver foi um retrocesso. A questão da segurança pública se trata de uma das condições para o ser humano mais importante que tem. Eu acho que para um ser humano, Deputado Adriano Boiadeiro, qual é a prioridade de tudo para um ser humano? Acho que a primeira coisa é a saúde, depois é a liberdade e a segurança pública trata também da liberdade de cada um de nós. Por isso que eu não tenho dúvida que quando se tem na frente de uma Polícia Civil ou de qualquer órgão da segurança pública pessoas capacitadas e com experiência tem uma possibilidade muito maior de se fazer justiça. Por isso que neste momento, senhor Presidente, venho a esta tribuna fazer a defesa do Projeto apresentado por Vossa Excelência, porque, após conversar com os Delegados, com os profissionais da Polícia Civil, me pareceu muito coerente e louvável a sua atitude, atitude essa que eu quero já antecipar, Deputado Neodi, o meu voto favorável para que a gente possa fazer essa correção aonde jamais deveria ter sido votado naquele momento. Mas agora, nunca é tarde, vamos fazer a devida correção. Portanto, parabéns e conte com meu voto favorável para que a gente possa fazer essa correção.

Tenho dito, Senhor Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Aproveitar essa Questão de Ordem para agradecer aos representantes de Ji-Paraná, o nosso Delegado Regional e a ameaça foi grande, tinha até uma faixa lá proibindo entrar em Ji-Paraná se não votasse. Mas está aí,

então, parabéns a vocês e volta a verdadeira democracia. Parabéns.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a discussão. Votação nominal. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Encerrada a votação. *Com 17 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação.*

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 140/13 DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, MENSAGEM 01/13. Dispõe sobre os subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, de que trata os artigos 39, § 4º; 137, § 2º e 135, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Peço ao nosso Deputado Neodi dar o Parecer pelas Comissões.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, público aqui presente. O Projeto de Lei Complementar nº 140/13, de autoria da Defensoria Pública, que dispõe sobre os subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, de que trata os artigos 39, § 4º; 137, § 2º e 135, todos da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.

Senhor Presidente, o Projeto visa realmente fazer justiça com os Defensores Públicos do Estado de Rondônia. Não é

justo que os Defensores Públicos do Estado que fazem o mesmo trabalho semelhante ao dos Promotores que tenham um salário defasado, um salário diferenciado. Então, esse projeto visa fazer justiça a todos Defensores Públicos do nosso Estado de Rondônia, que eu tenho muito respeito porque realmente são eles que defendem os descamisados, que defendem os menos favorecidos. O impacto, isso da folha do Estado de Rondônia, é pequeno. Então, portanto, nós somos de Parecer favorável à aprovação do projeto. Este é o nosso Parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi. Em discussão o Parecer favorável do Deputado Neodi.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente. Nós começamos a discussão desse Projeto em Pimenta Bueno...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Neodi. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o Parecer.*

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar. Votação nominal.

Para discutir o Projeto, a nossa Deputada Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente e Senhores Deputados. Na realidade, nós começamos a discussão em Pimenta Bueno desse projeto, e tanto eu quanto o Deputado Adelino pedimos a retirada dele que estava indo para votação e assim havia bastante dúvida em relação aos colegas. Mas gostei da fala do Deputado Neodi, quando disse que não pode ter diferenciação, na verdade a Justiça é um triângulo, nós estudamos isso no curso de Direito e entendemos que quem defende e quem acusa e quem julga merece todo o nosso respeito e o valor de salário não poderia ser diferenciado. Portanto, o meu Parecer é favorável e eu peço aos colegas que nos ajudem nessa votação, porque nós vimos a dificuldade que foi em Pimenta Bueno. Por isso, eu que pedi a retirada para discutir aqui no Plenário, em Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione. Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, eminentes Deputados. A questão da Defensoria Pública para nossa sociedade ainda é algo muito novo, a questão de hoje contratar um advogado é muito difícil para quem ganha um salário mínimo, é muito difícil para quem é autônomo e ganha pouco, que às vezes nem é um salário mínimo. Portanto, o acesso à questão de um advogado que daí, através da nossa Defensoria, hoje ainda é muito difícil porque são apenas, Deputado Neodi, 55 no nosso Estado. Imagine se nós conseguíssemos aumentar o número de Defensores Públicos para dar acesso jurídico às pessoas que precisam ser assistidas no momento que elas mais precisam, que está em jogo a sua liberdade. Portanto, o que nós estamos votando aqui é nada mais que a questão da isonomia de igualar os nossos Defensores Públicos ao Ministério Público e ao Judiciário. E hoje é muito pouco, é menos de mil

reais para ficar tudo igual. E é isso que nós estamos votando aqui. Eu não tenho dúvida que não é só isso que precisa a Defensoria Pública. A Defensoria Pública precisa que sejam contratados mais Defensores Públicos; a Defensoria Pública precisa ter técnicos, porque tem muita cidade aqui no interior que quem está fazendo a audiência não é nem o Defensor Público, é um técnico, porque ele recebe a pessoa lá, não tem um Defensor, ele é obrigado a ir lá, pelo menos encaminhar o cidadão, a cidadã. Por isso, neste primeiro momento, visa fazer justiça igualando, mas não tenho dúvida que nesse orçamento que nós vamos aprovar agora no final do ano precisa dar uma condição melhor à Defensoria Pública para que a gente possa ter no mínimo um Defensor Público em cada município, Deputada Glaucione. Portanto, o meu voto é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para discutir, Deputada Epifânia.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Presidente, eu queria aqui também me manifestar sobre esse Projeto, parabenizar o Deputado Neodi pelo Parecer favorável, também acabei de votar favorável porque como muito bem falou a Deputada Glaucione, o Deputado Cláudio Carvalho, a Defensoria de fato é a que defende, os nossos Defensores defendem as pessoas mais humildes que não têm acesso a pagar outro advogado. O Estado precisa prestar esse serviço e é um reconhecimento, é um valor a mais essa aprovação dessa Lei, ainda não é o suficiente, nós sabemos disso, e como eles relataram para mim ainda há pouco, a nossa Defensoria está perdendo, os nossos Defensores estão indo fazer concursos públicos para outras Instituições que pagam realmente salários mais significativos, indo para outros Estados, e não é isso que nós queremos para o nosso Estado de Rondônia. Nós queremos de fato uma Defensoria forte, com pessoas qualificadas e obviamente bem remuneradas. E eu queria aqui também fazer um registro que todos os Projetos que vêm para cá, todos os debates que são feitos nesta Casa, os Defensores aqui representados pela Associação e pelos demais membros, sempre vêm a esta Casa, nos procuram, dialogam, e isso para gente é importante porque muitas das vezes chegam alguns Projetos aqui, a gente não tem o devido esclarecimento e eles conseguem vir antes dialogar conosco, o que faz com que a gente termine, na maioria das vezes, realmente fazendo a defesa da Instituição e principalmente das pessoas que ali trabalham. Então, eu queria aqui também parabenizar essas pessoas, essas lideranças da Instituição que têm realmente se pautado pelo diálogo junto aos Deputados desta Casa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Epifânia. Deputado Adelino, para discutir.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que o meu voto é favorável sempre que veio para esta Casa qualquer projeto a favor da Defensoria, sempre nós defendemos, sempre fomos favoráveis porque entendemos que a Defensoria tem um papel fundamental. Quero dizer que, hoje, vários municípios, inclusive Buritis, eu acho que Machadinho também nem tem, nem tem um profissional lá para poder, muitas vezes só tem um auxiliar

para poder responder. E o Ministério Público está questionando. Então, nós precisamos estruturar melhor a Defensoria, os Defensores Públicos concursados tem que ter nessas localidades e eu quero dizer que lá em Ariquemes também. Eu quero, já falei com todos os Procuradores que nos visitaram, Defensores dizendo que Ariquemes parece que há uma discriminação há muito tempo já sobre a quantidade de Defensores. Hoje tem lá só três, um está saindo, então ficam só dois. Lá, pela Lei, nós temos quatro. Hoje, em Ji-Paraná tem oito, pela Lei tem o dobro e tem automaticamente oito auxiliares também. E Ariquemes só quatro e hoje a população da região de Ariquemes é o dobro do que a população de Ji-Paraná, Deputado Euclides Maciel, a assistida, porque tem Ouro Preto que atinge, que é próximo ali que já tem a Defensoria.

Então, eu quero dizer aos Defensores que eu também já estive lá na Defensoria, estou cobrando uma melhor estruturação da Defensoria em Ariquemes. Hoje há necessidade em aumentar os Defensores, aumentar os auxiliares para poder atender melhor àquela população. Eu fui três vezes à Defensoria, esses dias atrás, e não encontrei nem um Defensor. Por quê? Porque tinham audiências e os Procuradores estavam na audiência e outros já estavam fazendo curso fora, depois foram transferidos dois para Porto Velho. Então, nós precisamos estruturar melhor a Defensoria em Ariquemes, porque ela atinge todos os municípios da região de Ariquemes. São nove municípios que são atendidos por Ariquemes. Então, quero deixar aqui registrado, mas nós precisamos que a Defensoria tenha o melhor orçamento, melhores condições para se estruturar melhor. Então, eu quero dizer que comparando com o restante do Estado, Ariquemes está sendo prejudicada e nós estamos cobrando isso e que seja pelo menos dividido a situação para que seja melhor atendida aquela região. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Deputado Zequinha, com a palavra.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Sr. Presidente, só para discutir também, informar e dar ênfase a essa questão do nosso Projeto aqui, também falar que nós já estamos aqui na Assembleia há algum tempo e já aprovamos remanejamentos, já aprovamos outras coisas, enfim, para nossos Defensores Públicos. E nós ainda não percebemos, eu espero que isso venha acontecer também que chegue nesta Casa, Deputado Neodi, Deputado Ribamar, também, alguns relatórios dando conta do que a Defensoria está fazendo para nós, porque isso é uma contrapartida. No momento em que nós estamos dando esse aval, no momento que nós estamos acreditando no Ministério Público ou mesmo na Defensoria Pública, nós também precisamos apresentar para nós, companheiros, para a nossa população, para quem nós representamos o que realmente a Defensoria Pública está realizando. Eu sei que é muito carente ainda, há falta de técnicos, há falta, às vezes, até de condições, mas nós entendemos que há possibilidade de se fazer algo a mais. Se nós percebemos, por exemplo, nós não vimos o mutirão ainda da Defensoria Pública para dar uma demonstração clara para a nossa sociedade do que está sendo feito para esse povo que está precisando tanto, nós não vimos uma ação

determinada, e pode ser feito, o custo disso é mínimo. A importância maior é que tenhamos esse projeto e essa convicção de ajudar muito mais daquilo que a gente recebe, ainda muito mais, dá de a gente fazer. E eu gostaria de deixar claro, por exemplo, quantos presos já estão com as suas sentenças cumpridas, pagas, não deve mais nada, mas estão lá, mais de dois, três anos ainda na cadeia, Deputado Tucura, isso é verdade. E a nossa Defensoria Pública? - Ah não, isso aí não cabe a nós. Eu acho que cabe. Eu não estou aqui exigindo, mas como representante popular, principalmente dessa classe sofredora que no dia a dia a gente anda e vive com eles, nós temos que ter voz, não adianta a gente apenas passar, - não, tudo bem. A gente tem que falar. Eu acho que o amigo também é aquele que fala o que está faltando. Eu espero que a nossa Defensoria, é claro, com o apoio que nós estamos dando, com a esperança que nós temos de dias melhores, principalmente pela forma e a maneira criativa que a nossa Defensoria tem de termos uma melhora também, além do salário, uma melhora também nos atendimentos.

Eu vejo, por exemplo, e quero parabenizar a Defensoria num ato que eu vejo no dia a dia, lá na Zona Leste de Porto Velho, um ponto de referência colocado lá, atendendo o pessoal. Mas tem a Zona Sul, tem a Zona Oeste que nós precisamos também. Por isso nós queremos parabenizar vocês pela luta, mesmo apesar de esforço máximo, mas acreditar mais uma vez que vocês podem fazer muito mais pela nossa sociedade, principalmente por essas pessoas que choram a busca daquilo tão simples que é o seu próprio direito. Mas, contudo, nós acreditamos em vocês e tenham certeza que o nosso voto é favorável.

Muito obrigado.

O SR. EDVALDO SOARES – Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDVALDO SOARES – Eu queria só registrar que eu tive a oportunidade de visitar alguns locais da Defensoria Pública, inclusive Ji-Paraná, que está muito bem instalada a Defensoria Pública, num prédio bonito, bem equipado, mas a gente sabe da dificuldade que a Defensoria tem em todo o Estado de Rondônia, principalmente em audiências, que ao invés de participar um Defensor, participa, às vezes, um técnico. Então, gostaria de registrar que o trabalho da Defensoria é um trabalho louvável, é um trabalho que merece respeito. E que nós, ao fazer essa visita em Ji-Paraná e a conversar com os Defensores, entendemos que realmente está defasado, que precisam de ajuda, que precisam de reconhecimento. E nós estamos votando nesse Projeto, sim, nós estamos reconhecendo o trabalho da Defensoria. Muito obrigado.

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Edvaldo. Encerrada a discussão. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. *Projeto aprovado em primeira discussão e votação, com 19 votos favoráveis. Vai a segunda discussão e votação.*

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 148/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Dá nova redação a dispositivos e acrescenta inciso ao artigo 97 da Lei Complementar nº 76, de 27 de abril de 1993.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No Projeto falta Parecer das Comissões, Projeto com Emenda. Peço para o Deputado Euclides dar o Parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei Complementar nº 148, de autoria do Deputado Hermínio Coelho, o nosso Parecer é favorável ao Projeto com Emenda. O nosso Parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Euclides, ao Projeto com Emenda, pela aprovação do Projeto com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. *Está aprovado o Parecer.*

Em discussão e votação o Projeto. Encerrada a discussão passemos à votação. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação esta encerrada. *Com 19 votos favoráveis, o Projeto está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.*

Peço aos companheiros aí, dos Procuradores, os Defensores e os servidores da Polícia Civil que tem a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/13 DA MESA DIRETORA. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013, que “Estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembleia Legislativa de Rondônia”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - O Projeto encontra-se sem Parecer pelas Comissões. Solicito ao Deputado Adelino Follador proceder ao Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Projeto de Lei Complementar nº 150/13 da Mesa Diretora. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013, que “estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembleia Legislativa de Rondônia”. Senhor Presidente, nós somos de Parecer favorável, estamos revogando um artigo para facilitar melhor os trabalhos da Mesa Diretora. Somos favoráveis.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável emitido pelo Deputado Adelino Follador. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão, em votação. A votação será nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

A votação está encerrada. Com 18 votos favoráveis, o Projeto está aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação.

Quero registrar a presença aqui do Prefeito do município de Vale do Paraíso, Luiz do Hotel. Obrigado, Prefeito, pela presença.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº1063/13, MENSAGEM 256. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 634.480,55, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria dos Esportes, da Cultura e do Lazer – SECEL.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer das Comissões. Peço ao Deputado Adelino Follador que emita o Parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei Nº1063/13, Mensagem 256 do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$634.480,55, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Esporte, Cultura e Lazer do Estado de Rondônia, SECEL. Somos de Parecer favorável. Pena que a Secretaria está sendo extinta, mas somos de Parecer favorável. Esperamos que o recurso que vai economizar na Secretaria, conforme o compromisso do Governo do Estado, seja investido

no esporte e na cultura para melhorar, com mais recurso tem mais condições de fazer um trabalho. Esperamos que funcione. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

Em discussão o Parecer favorável do Deputado Adelino. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº1064/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 258. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$1.500.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Esporte, Cultura e Lazer – SECEL.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem o Parecer. Peço ao Deputado Marcelino Tenório que emita o Parecer pelas Comissões.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei nº1064/13 do Poder Executivo, Mensagem nº258, que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar por anulação até o montante de R\$1.500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado do Esporte, Cultura e Lazer – SECEL. Pela legalidade, o meu Parecer é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº950/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 2.530, de 25 de julho de 2011, que torna obrigatório a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições financeiras, localizadas nos municípios do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem Parecer das Comissões. Peço ao Deputado Luiz Cláudio que emita o Parecer ao Projeto com Emenda.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Senhor Presidente, este Projeto, que o senhor é o autor, ele vem beneficiar, inclusive com a Emenda modificativa do Deputado Luizinho Goebel, vem beneficiar, as Cooperativas de crédito. E aqui eu quero agradecer a presença do Salatiel Rodrigues, Presidente da OCB Rondônia, que está presente; o Iris Furtado, também da OCB; o Tadashi, Diretor Operacional do SICOOB; Mário da UNICRED; senhor Júlio Bacelar também da OCB.

Enquanto, senhor Presidente, os bancos particulares, bancos oficiais não atendem às solicitações dos trabalhadores bancários que estão em greve, inclusive prejudicando hoje a economia do Estado, e está um transtorno, as cooperativas de créditos estão abertas. E a cooperativa de crédito não é de uma pessoa, não é de um empresário, ela é dos cooperados. Então este projeto, senhor Presidente ele vem, exatamente, retirar algumas exigências das cooperativas de crédito com alguns dispositivos dentro das unidades das cooperativas. Então, estão aqui os Presidentes das Cooperativas de Crédito, representante da OCB, estão aqui, realmente, solicitando esse projeto que o Deputado Luizinho também entrou com uma Emenda. Então, o meu Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Luiz Cláudio. Em discussão o Parecer favorável do Deputado Luiz Cláudio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, qual a Emenda que tem? O Deputado Luizinho poderia explicar qual a emenda que tem nesse Projeto?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Adelino Follador, na verdade foi apresentado este Projeto de Lei pelo Deputado Hermínio para trazer mais segurança dentro das agências bancárias e entraram as Cooperativas. Portanto, os postos de atendimento das Cooperativas do Estado de Rondônia, principalmente, seriam prejudicadas, e nós, então, suprimimos aquilo que determinava o mesmo sistema de segurança das agências bancárias para os bancos menores. Quero também aproveitar, Presidente, agradecer por Vossa Excelência colocar o Projeto em votação e registrar também, aqui, o empresário e cooperado lá da minha cidade de Vilhena, o Ivan Capra, que foi a pessoa que assim que aportou o Projeto nesta Casa, me procurou e também em discussão com os demais representantes das Cooperativas, então, entraram no atendimento e nos repassaram esta proposta na qual transformamos em Emenda que hoje faz parte deste Projeto. Então, parabéns. E esta Casa, acima de tudo, está para defender os interesses do povo de Rondônia, dos cooperados de Rondônia. E eu quero fazer uma menção ao sistema de crédito do Estado de Rondônia, das Cooperativas que estão avançando e evoluindo e trazendo, acima de tudo, o orgulho para nós aqui do Estado de Rondônia. Parabéns.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Os Deputados favoráveis à aprovação do Parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o Parecer.*

Em primeira discussão e votação o Projeto com Emenda. Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº806/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 58. Determina a dispensa de pesagem nas balanças do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte do Estado de Rondônia – DER/RO, dos caminhões que transportam cargas vivas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto está sem o Parecer das Comissões. Peço ao Deputado Luizinho Goebel para dar o Parecer pelas Comissões.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Hoje nós temos uma dificuldade muito grande, eu não conhecia esse Projeto nem sabia, tanto é que o Projeto está sendo colocado em pauta, o Parecer em Plenário e é um Projeto muito importante e eu queria fazer uma Emenda a esse Projeto, que também seja livre de pesagem nas balanças do Estado cargas que sejam, comprovadamente, que saiu da lavoura, da agricultura, tipo, está lá na roça colhendo, vamos supor, no município de Cerejeiras, que é um grande produtor de grãos, e esse produto está vindo da lavoura direto para o armazém em Vilhena, vai passar na balança, também quero apresentar uma Emenda, gostaria que Vossa Excelência, Deputado Luizinho, acatasse essa Emenda para que comprovadamente o produto que saiu da lavoura, que não tem como pesar lá na lavoura um caminhão, que não tem balança na lavoura, que também fosse isento da pesagem o caminhão que sai direto da lavoura para o armazém.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu quero, como disse o Deputado Neodi, um Projeto importantíssimo porque nós temos a carga viva que é o boi e toda vez que o caminhoneiro vai até a propriedade rural buscar essa carga, Deputado Euclides, ele não tem como controlar o peso, e quando o caminhão para em cima da balança a carga viva está em movimento e isso pode acarretar uma pesagem diferenciada no eixo dianteiro, traseiro ou nos entre-eixos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Luizinho, vamos dar o Parecer no projeto e na discussão os Deputados discutem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, Deputado Hermínio, o Parecer é favorável à aprovação da matéria com Emenda do Deputado Neodi. Deputado Neodi, vou acatar a Emenda de Vossa Excelência, colocando, Presidente Hermínio, colocando que a pesagem é livre nesse caso, não vai passar na balança quando

o produto é de origem da lavoura até o armazém, no caso, onde vai ser armazenado.

O SR. NEODI – Comprovado, acompanhado, Deputado Luizinho, com a nota fiscal do produtor rural e comprovando que aquele produto saiu da lavoura direto para o armazém, que não tem como...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deixando bem claro que só é da lavoura com a nota do produtor rural até nos armazéns. Por quê? Porque aí nós não vamos ter problemas do armazém sair com excesso de carga.

O SR. NEODI – Exatamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Luizinho, eu tenho uma dúvida, Deputado Neodi, no caso, até as carretas de soja, por exemplo, de Rondônia, seria aí?

O SR. NEODI – Não. Não, Presidente. Não, Presidente. Tipo soja produzido dentro, qualquer produto produzido dentro do Estado de Rondônia com a nota fiscal do produtor rural e comprovando que ele saiu da lavoura direto para o armazém, que ele realmente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas eu falo assim, a soja de Rondônia?

O SR. NEODI (Presidente) – Exatamente, produtos de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A soja de Rondônia também escaparia da balança?

O SR. NEODI – Quando tiver notas, por exemplo, se vem de fora, é uma rodovia federal e não cabe a nós legislarmos em rodovias federais. Estou falando o seguinte: aonde tem balança e se o produtor rural ou se o caminhão tiver com a nota do produtor rural que saiu direto da lavoura para o armazém que esse caminhão também seja isento da pesagem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Neodi, uma sugestão, eu acho que então essa Emenda tinha que ser livre nas estradas estaduais já de uma vez, porque vai criar muito problema para justificar isso e a maioria das estradas estaduais se desloca de estradas estaduais para o secador. Eu acho que essas estradas estaduais que não sejam, porque daí a liberdade para poder, aquele que entra na 364 automaticamente é legislação federal. Vamos legislar em cima da estrada estadual porque...

O SR. NEODI – Mais exatamente, Deputado Adelino, o que eu estou falando aqui é justamente isso, que é nas estradas estaduais, porque em estradas federais nós não podemos legislar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, mas estou falando deixar livre porque o peso geralmente, todo mundo tem que entrar na BR, aquele que entra, trafega ali de Machadinho, da 421, todos vêm para o secador, eu acho que a estrada estadual que seja permitido então o tráfego.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Follador, é que quando sai do secador, dos armazéns, aí não é mais nota de produtor, é uma nota de substituição.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas os secadores são quase todos na beira da BR.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas é que da BR que vai para vir para Porto Velho, o secador...

O SR. NEODI – Deputado Adelino, quando o produto já entrou no armazém ele tem a obrigação, quando ele entrou no armazém para secar ele tem obrigação, todo armazém é obrigado a ter uma balança, ele é obrigado a sair pesado. Agora, quando ele embarcou na roça, direto da colheiteadeira, em cima do caminhão, é essa a minha Emenda que estou apresentando. Que a partir daí, depois que ele chegou ao secador e que ele secou o produto ele não tem mais desculpa de não ter...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Seria o arroz, o milho, não seco? Então teria que ser aquele que não foi secado então. É isso?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Vou acatar a Emenda do Deputado Neodi, deixando claro que é “com nota de produtor da lavoura até o secador”, a partir do secador, que deixa de ser nota produtora para ser nota de substituição...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – A natureza da operação. A natureza da operação: “destino a secagem”. Coloca isso na lei que já está tudo ok!

O SR. NEODI – Tem que estar constando na nota fiscal que saiu da lavoura e que está indo para o armazém para a secagem e armazenamento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então o Projeto de Lei nº 806/2013 do Poder Executivo que aportou a Casa sob a Mensagem nº 58, que determina a dispensa de pesagem nas balanças do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia – DER/RO, dos caminhões que transportam carga viva e acatamos Emenda do Deputado Neodi, também da questão do grão que sai da lavoura até as centrais de abastecimento e armazenagem, com nota do produtor.

Então, o Projeto com o Parecer favorável à aprovação da matéria com Emenda, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Euclides, Vossa Excelência não entende nada de lavoura. O que Vossa Excelência quer falar?

O SR. EUCLIDES MACIEL – Presidente, é o seguinte, Presidente: eu estava vendo aí a incoerência de muita coisa. Por exemplo, falando na balança, do peso vivo de um boi, todos os ônibus que passam lá param na balança com ser humano dentro 40 minutos. Eu ando de ônibus, eu fico uma hora parado naquela balança desgraçada, eu saio meia noite para chegar às 06:00h em Ji-Paraná, mas eu chego às 07:00h. Eu sei que é federal, não podemos, é federal não temos essa prerrogativa, mas eu acho que em vez de nós estarmos preocupados com boi, por isso que eu disse que o boi tem mais valor em Rondônia do que o ser humano. Até hoje, o dia que deu um problema aqui, em um ano a febre aftosa foi eliminada. Parabéns. Até hoje não descobriu a cura ainda da dengue e tudo mais. Então, acho que o boi vale mais do que o ser humano aqui. Agora estamos mandando até o boi não parar mais na balança, agora, o ser humano tem que parar no ônibus uma hora lá. É uma incoerência, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Para pesar? Deputado Euclides, Vossa Excelência já passou na balança? Não. O ser humano não é pesado, não, os ônibus não passam pela balança, não, Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Todos eles param em balança. Todos.

O SR. NEODI – Mas é só na rodovia federal, Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Deputado, eu paro de madrugada.

O SR. NEODI – É só na rodovia federal.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Só se o ônibus que eu estou, sou peso morto então.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que é por isso, porque eu nunca fui pesado, não.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Só que é federal e nós não podemos discutir essa lei, que é lei federal. Obrigado, Presidente, Vossa Excelência tem sido compreensivo comigo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse negócio de discutir boi, eu me lembrei de um debate que teve lá no Rio de Janeiro, na Assembleia lá do Rio de Janeiro, aí tinha uns Deputados falando de leite, aí a Cidinha Campos vai à tribuna e falou: “Eu não quero saber de leite, não, quero saber é quem mama. E não são as crianças, não.”

O SR. ADELINO FOLLADOR – É porque as empresas de ônibus também têm carga e descarga, tem transportadora embaixo, por isso que pesa, mas se fosse só por ser humano não pesaria, não.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável com Emenda do Deputado Neodi. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima matéria.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1003/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 210. Autoriza o Poder Executivo a executar obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, mediante assinatura de Convênio e delegação da União.

(Às 18 horas e 20 minutos o Sr. Hermínio Coelho passa a Presidência ao Sr. Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Projeto de Lei nº 1003/13 do Poder Executivo, Mensagem nº 210.

O Projeto encontra-se sem o Parecer das Comissões. Nomeio como relator o Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Mensagem do Poder Executivo nº 210, executar obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, firmando Convênio delegação da União. No Projeto de Lei nº 1003/13 do Poder Executivo, Mensagem nº 210. O nosso Parecer ao Projeto de Lei do DNIT, que dá infraestrutura ao DNIT, e o nosso Parecer aqui da Mensagem nº 210 é favorável.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Maurão de Carvalho.

Em discussão o Parecer favorável do Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Que projeto é esse, o que nós vamos votar para o DNIT?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Para discutir, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero saber o que é.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Deputado Adelino, autoriza o Poder Executivo a executar obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT, mediante assinatura de convênio e delegação da União.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza já entendi, obrigado. Vai dar autonomia para o Estado fazer o convênio com o DNIT. É da Rua da Beira?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Não, essa é de outra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É de outro convênio que o Governo do Estado deve estar conversando com o DNIT, mas eu acho que tem que dar autorização.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Exatamente, é da Rua da Beira, que o Deputado Cláudio Carvalho...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É da Rua da Beira, é do perímetro da rodovia federal, então precisa ter o convênio. Com certeza, porque a Rua da Beira é uma necessidade que Porto Velho. Quero parabenizar o Governo do Estado por ter assumido um problema tão grave, eu vi lá hoje, cavando até quatro metro de fundura para trocar todo o material que tem ali, e o Estado assumiu uma responsabilidade que é do Governo Federal e da Prefeitura de Porto Velho. E o Governador junto com o Lúcio tiveram muita coragem de assumir uma obra tão importante para o Estado de Rondônia e tão difícil de fazer. Só a drenagem que está sendo feita lá, Deputado Jaques, eu vi hoje a tubulação, isso vai ser tudo enterrado e é uma obra que futuramente nem vai aparecer, a população nem vai saber o quanto foi difícil fazer essa obra. O material lá, cavar, trocar o material, mais de quatro metros de fundura, com certeza, eu quero parabenizar o Lúcio Mosquini pela coragem de assumir uma obra tão difícil de fazer aqui em Porto Velho, importantíssima para a sociedade de Porto Velho. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Para discutir o Parecer, o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu também sou favorável, só com uma situação. O serviço público, eu tenho conhecimento que a gente primeiro faz o convênio, depois executa a obra. Parece-me que a ordem aí foi trocada, mas tudo bem, Porto Velho precisa. Só que o ideal é primeiro se fazer o convênio e depois começar a obra. A não ser que eu esteja errado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas eu acho que até agora só atingiu o município de Porto Velho, aí vai fazer mais uma parte que vai atingir a BR-364. Pelo que eu estou sabendo, até o momento foi só o convênio com o município de Porto Velho, agora vai ser feita a complementação, vai atingir a área federal.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Em votação o Parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 1003/2013. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero só colocar o seguinte: lógico que o Projeto é bom porque está, apesar de que não terminaram ainda a obra e também a obra já começou faz tempo e agora que está sendo autorizado pela Assembleia. Só alertar que o Governo, Deputado Adelino, muitas vezes, está, por exemplo, com a questão da Reforma Administrativa, ele ficou trinta dias anunciando, gastando milhões com propaganda da tal da Reforma que nem tinha sido aprovada ainda, e a mesma coisa é esse projeto. É lógico que isso aí depois quando vierem os rolos da Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, vão dizer, vão culpar o Ministério Público e o Tribunal de Contas. De qualquer forma estão fazendo de forma atropelada, porque a obra já está do meio para o fim. E agora é que estão fazendo, que era tão fácil, se ele manda autorização há trinta dias ou a sessenta dias atrás nós aprovávamos aqui na mesma hora, porque é uma obra boa, só alertando isso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – *Está Aprovado. Vai à segunda discussão.*

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1008/2013 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 214. Autoriza o Departamento de Estrada de Rodagem e Transportes – DER/RO a realizar permuta de horas/máquinas com materiais de jazidas para a construção de base e sub-base das Rodovias Estaduais.

(Às 18 horas e 26 minutos o senhor Marcelino Tenório passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer das Comissões. Peço aqui para o Deputado Adelino dar o Parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem nº 214, autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO a realizar permuta de horas/máquinas com materiais de jazidas para a construção de base e sub-base das Rodovias Estaduais.

É um Projeto muito importante, onde está permutando com pessoal que cede material, cascalho, material para repor aquela escavação que a gente está falando. Eu acho que isso precisa, porque tem que ter autonomia o órgão, porque senão por falta desse material para a obra. Então sou de parecer favorável, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para discutir o Projeto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para discutir, o meu companheiro Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Esse Projeto, como falou o Deputado Adelino Follador, é de grande importância principalmente para o DER. Nós colocamos esse projeto, Deputado, aqui na Casa, mas como não poderia ser autoria da Assembleia, foi vetado, e o Governador mandou esse mesmo Projeto com as mesmas especificações. É onde você através daí pode fazer a contrapartida de você poder utilizar madeiras e também cascalhos nas propriedades dos produtores rurais do Estado de Rondônia. O grande problema é fazer a parte ambiental e fazer licitações para poder pagar em recursos financeiros, então será trocado em horas/máquinas, em serviço para o DER.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcelino. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.* Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1046/2013 PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 246. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.148.901,45, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer das Comissões. Peço ao Deputado Euclides para dar o Parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei nº 1046/13 do Poder Executivo/Mensagem 246, o nosso Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Euclides Maciel. Os Deputados favoráveis à aprovação do Parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1065/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Institui o Dia Estadual do Garimpeiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Falta o Parecer. Deputado Euclides para emitir o Parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei nº 1065/13, autoria do Deputado Hermínio Coelho, instituindo o Dia Estadual do Garimpeiro. O nosso Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Euclides Maciel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAQUES TESTONI, DISPENSA DE INTERSTÍCIO.

Senhor Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199, do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Leis: 149/13, PEC 021/13, Projeto de Lei nº 148/13, 140/13, Projeto de Lei nº 150/13, 1063/13, 1064/13, 950/13, 806/13, 1003/13, 1008/13, 1046/13 e 1065/13, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do companheiro, meu líder Jaques Testoni. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Deputados inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de 01 minuto, com a finalidade de discutir em segunda discussão e votação os Projetos aprovados nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 33 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**ATO Nº 005/2013-MD/ALE**

Convalida os Atos nºs 001/2011 - MD/ALE, 002/2011 - MD/ALE, 003/2011-MD/ALE, 004/2011-MD/ALE, 006/2011-MD/ALE e suas alterações e 003/2013-MD/ALE.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

Considerando a revogação da Lei complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005 e suas alterações, que “Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Reestrutura o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações dos seus Servidores”, pela Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convalidados os Atos nºs 001/2011-MD/ALE, de 10 de fevereiro de 2011 e suas alterações; 002/2011-MD/ALE, de 14 de fevereiro de 2011 e suas alterações; 003/2011-MD/ALE, de 15 de março de 2011 e suas alterações; 004/2011-MD/ALE, de 15 de março de 2011 e suas alterações; nº 006/2011-MD/ALE, de 08 de junho de 2011 e suas alterações e 003/2013-MD/ALE, de 01 de abril de 2013, respaldados na Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos de conformidade ao disposto no artigo 27 da Lei Complementar nº 730, de 2013.

Mesa Diretora, 15 de outubro de 2013.

DEPUTADO HERMÍNIO COELHO
Presidente – ALE/RO

DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente – ALE/RO

DEPUTADO EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente – ALE/RO

DEPUTADO LEBRÃO
1º Secretário – ALE/RO

DEPUTADA GLAUCIONE
2º Secretário – ALE/RO

DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO
3º Secretário – ALE/RO

DEPUTADO VALDIVINO TUCURA
4º Secretário – ALE/RO

ATO Nº 020/2013-P/ALE

Designa o Deputado Adelino Follador para entrega de Títulos Honoríficos de Cidadão do Estado de Rondônia aos agraciados que menciona.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições e nos termos do § 3º do artigo 167 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Deputado Adelino Follador – DEM, autor das concessões, para fazer entrega do Título Honorífico do Estado de Rondônia, aos senhores:

- a) Alcir Araújo – Empresário;
- b) Antônio Aparecido Custódio – Empresário;
- c) Cesarino Ferreira – Advogado;
- d) Guilhermina Moreira Farina – Empresária;
- e) Juvenal José – 1º Vereador de Ariquemes;
- f) José Vilas Boas – Empresário;
- g) João Pedro – Dramaturgo;
- h) Nelson Henri da Silva – Juiz Aposentado;
- i) Leocádia Golazynski Carbonera – Professora; e
- j) Vilma Sordi Skovronski – Professora.

Parágrafo único. A entrega dos títulos honoríficos de que trata o *caput* deste artigo, acontecerá às 19:30 horas do dia 17 de outubro de 2013, na sede da ACIA - Associação Comercial de Ariquemes.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 15 de outubro de 2013.

DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente – ALE/RO

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA**PORTARIA 012/2013/GAB/CA/ALE/RO**

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, inciso II, da Lei Estadual nº 1.726/2007, com as alterações introduzidas pela Lei 2.504/2011; Publicados nos DOEs nºs 734, de 12.04.2007 e 1758, de 21.06.2011, respectivamente;

RESOLVE:

ALTERAR, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos dos artigos 194 e 199 da Lei Complementar Estadual nº 68, de 09 de dezembro de 1992, constituída pela Portaria nº 010/2013/GAB/CA/ALE/RO, publicada no DO/ALE nº 084, pag. 1368 de 12 de junho de 2013, para que seja composta pelos servidores desta Casa Legislativa, **JOSE DE RIBAMAR SILVA**, cadastro nº 100002957, Assistente Técnico

Legislativo, estatutário, na condição de Presidente; **ÉDNO MARQUES ASSUNÇÃO**, cadastro nº 100003484, Advogado, estatutário e **ELANE MUGRABI DARWICH**, cadastro nº 200155812, Assistente Técnico, comissionada, nas condições de Membros.

Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho, 23 de setembro de 2013.

JUAREZ MACEDO BARRETO JUNIOR
Corregedor Chefe

PORTARIA 014/2013/GAB/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, inciso II, da Lei Estadual nº 1.726/2007, com as alterações introduzidas pela Lei 2.504/2011; Publicados nos DOEs n. 734, de 12.04.2007 e 1758, de 21.06.2011, respectivamente;

E R R A T A

Portaria 013/2013/GAB/CA/ALE/RO, datada em 08.10.13, Publicada no Diário Oficial ALE nº 157, pag. 2366 de 11.10.2013.

Onde se lê: JUAREZ MACEDO BARRETO JUNIOR

Leia-se: JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR

Publique-se.

Porto Velho, 15 de outubro de 2013.

JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
Corregedor Chefe

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 064, publicado no dia 06 de maio de 2013, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº1519/2013-SRH/P/ALE, de nomeação da servidora GISELE MARIA DA SILVA GRAVATA.

ONDE SE LÊ: DGS-9

LEIA-SE: AST-26

Porto Velho-RO, 10 de maio de 2013.

Eva Vilma Ferreira Nunes
Superintendente
SRH/ALE-RO

ATO Nº2123/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da LC nº326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A nomeação da servidora **DANIELA FEITOSA MONTEIRO**, no **ATO Nº1519/2013-SRH/P/ALE**, de 15 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº.067, de 09/05/2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2010 –
Processo nº 00714/2009

LOCATÁRIA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
LOCADOR: LEONARDO RIBEIRO VIEIRA MENDES.

OBJETO: locação do imóvel situado na Rua Elias Gorayeb, nº 620, Bairro Nossa Senhora das Graças, nesta cidade de Porto Velho-RO.

VALOR: será usado saldo restante e existente na Nota de Empenho 2013NE00017, a ser complementado com posterior emissão de nova nota de empenho para cobrir o período compreendido até 31 de dezembro do corrente ano.

PRAZO: prazo de 12 (doze) meses, vigorando de 27 de setembro de 2013 a 26 de setembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Nota de Empenho 2013NE00017 de 02/01/2013 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339036

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes, e registrado às fls. 20 (vinte) do livro de termos aditivos do ano de 2013 da Advocacia Geral da ALE/RO.

Porto Velho, 26 de Setembro de 2013.

LOCATÁRIA:
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado José Hermínio Coelho - Presidente
Arildo Lopes Da Silva – Secretário-Geral

LOCADOR:
LEONARDO RIBEIRO VIEIRA MENDES
CPF 451.967.536-72

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral